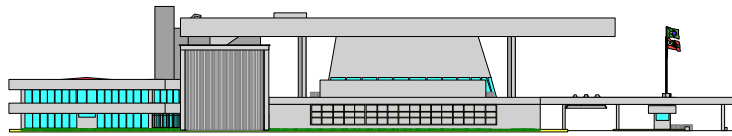


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 13 DE NOVEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.110

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELAÇIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2110
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 103ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 10/11/2009 2

Atos da Mesa

Atos da Mesa..... 17

Publicações Diversas

Avisos de Licitação 18
Avisos de Pregão..... 19
Avisos de Resultado..... 19
Lei 19
Portarias 20
Projeto de Emenda
Constitucional 21
Projetos de Lei 21
Projetos de Lei Complementar
..... 23
Resolução..... 28

PLENÁRIO

ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Posiciona-se a respeito do requerimento que pede a instalação de CPI.

Breves Comunicações

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Explica a retirada da assinatura do requerimento de instalação da CPI; discorre sobre suas atividades políticas no final de semana.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Posiciona-se favorável às reivindicações dos servidores da Saúde.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Ataca o governo quanto à greve na Saúde e quanto à ação para derrubar a CPI dos presídios.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Manifesta estarecimento pela retirada de assinaturas para a constituição da CPI.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra com pesar o falecimento de Elisabeth Fortunato Honorato, esposa do sargento Saul, ocorrido em Laguna.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Defende uma solução negociada para a crise dos agricultores do sistema de integração avícola.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Faz a defesa dos agricultores do sistema integrado. Partidos Políticos

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Ressalta seu apoio aos servidores da Saúde; expressa sua crença na necessidade da instalação da CPI para investigar o sistema prisional.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Afirma que a sociedade catarinense deseja a apuração das denúncias sobre o sistema prisional.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Informa que recebeu apelo dos servidores da Saúde para obterem um espaço na tribuna.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Diz que o governo precisa reabrir o diálogo com os servidores da Saúde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende os trabalhadores da Saúde e da Segurança Pública; apóia a CPI.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica a posição do governo na resolução da greve da Saúde; acusa a falta de transparência da administração estadual ao não permitir a instalação da CPI dos presídios.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Comunica que requereu à comissão de Saúde a formação de grupo para mediar a crise na Saúde.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Apela ao governo que ouça as reivindicações dos servidores da Saúde; comunica decisão da Justiça Federal favorável à manutenção da lei do pedágio.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Manifesta apoio à proposta de entendimento entre governo e servidores da Saúde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Parabeniza o deputado Cesar Souza Júnior pela posição referente à greve na Saúde.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Refere-se à recusa da empresa concessionária de cumprir a lei do pedágio.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Sugere que seja suspensa a sessão para a oitiva do Sindicato da Saúde.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Apóia a sugestão de suspensão da sessão.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra presença do prefeito, do vice-prefeito e de vereadora de Itaiópolis.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Relata inaugurações ocorridas em Blumenau; aborda a federalização da Furb.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Concorda com a federalização da Furb.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Cede o tempo do PPS para a manifestação do Sindicato da Saúde.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Cede o tempo do PMDB para a manifestação do Sindicato da Saúde.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Cede o tempo do PRB para a manifestação do Sindicato da Saúde.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Manifesta-se favorável à manifestação do Sindicato da Saúde.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação da admissibilidade da MP 0159/2009, que dispõe sobre taxas estaduais.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha a votação da admissibilidade da MP 0159/2009, que dispõe sobre taxas estaduais.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a votação da admissibilidade da MP 0159/2009, que dispõe sobre taxas estaduais.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da admissibilidade da MP 0159/2009, que dispõe sobre taxas estaduais.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Pede para subscrever o Requerimento n. 1.724/2009.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda viagem a Brasília para tratar da redução da jornada de trabalho e da alteração do Código Florestal Brasileiro.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Menciona homenagem do prefeito Edson Piriquito a Ulysses Guimarães; lança Roberto Requião como candidato do PMDB à Presidência da República.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Elogia atitude do prefeito Edson Piriquito de homenagear Ulysses Guimarães.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica O governo Luiz Henrique.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta empenho na federalização da Furb.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Solidariza-se com a ideia da federalização da Furb.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Expressa esperança na federalização da Furb; discorre sobre audiências públicas sobre o Microbacias III e sobre o combate às drogas; refere-se à duplicação da BR-470.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Reporta-se ao combate ao aquecimento global e à conferência de Copenhague.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece críticas à política salarial do governo do estado.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Anuncia a publicação de licitação para obra de pavimentação em Brusque; sugere solução para problemas ocasionados pela greve na Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Esta Presidência antes de passar ao horário das Breves Comunicações, comunica aos srs. deputados que foi protocolado na tarde de ontem requerimento assinado por 15 deputados pedindo a instalação de uma CPI para tratar do sistema prisional.

Comunica também que também com a data de ontem foram protocolados os Ofícios n.s 84/2 e 133/2, de autoria do deputado Narcizo Parisotto e da deputada Professora Odete de Jesus, retirando suas assinaturas do referido requerimento pedindo a instalação da CPI.

Com amparo no art. 41, § 4º, esta Presidência devolve ao autor o requerimento, para que ele, também de acordo com o Regimento Interno, possa fazer o recurso à comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, ao Plenário com a devida justificativa, caso seja necessária a deliberação por parte deste Plenário.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, este deputado e a bancada do PT entendem como legítimo esse processo de investigação, de constituição de CPI no Parlamento. É uma prerrogativa parlamentar proceder a investigações na Segurança Pública, pela gravidade e pela crise em que se encontra esse setor em Santa Catarina.

Então, com certeza a nossa posição, diante da manifestação de v.exa., é apresentar um recurso junto à comissão de Constituição e Justiça para manifestar a nossa interpretação jurídica quanto ao direito de implantar uma CPI nesta Assembleia Legislativa. São necessárias 14 assinaturas, foram protocoladas 15. Consequentemente, pode ser instalada uma CPI nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Feito o encaminhamento, esta Presidência devolverá ao autor, como previsto no art. 41, § 4º, para que s.exa. possa tomar as providências que entender necessárias.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, demais integrantes da Mesa, sras. deputadas, srs. deputados, imprensa falada, escrita e televisada e integrantes do Sindicato da Saúde que nos honram com a presença, participando do desenrolar dos trabalhos deste Parlamento.

Devo uma explicação a toda a população catarinense. Sou uma deputada de três legislaturas, sempre procurei agir com inteireza, com muita responsabilidade e venho, desta tribuna, pedir desculpas a todos os catarinenses por uma atitude.

Na terça-feira passada, eu estava ao telefone - inclusive posso trazer a foto publicada nos jornais *A Notícia* e *Notícias do Dia* - atendendo uma senhora que está muito doente, e eu estava atenta, conversando sobre a saúde dela, quando o brilhante deputado Pedro Uczai chegou com uma folha e disse: "Deputada, por favor, v.exa. pode assinar aqui para podermos realizar uma reunião conjunta?"

Eu, como respeito todos os meus colegas e não duvido da índole de nenhum, sempre os respeito, por isso eles me respeitam, porque quando respeitamos a pessoa, é natural que ela nos respeite

também, peguei aquela folha e assinei. Assinei! Eu estava desatenta, estava atendendo uma senhora doente ao telefone. Eu fui pega de surpresa e assinei. Mas o deputado foi tão maravilhoso comigo e quero até parabenizá-lo, deputado Pedro Uczai, quando deu uma entrevista no rádio, pela manhã, dizendo que já tinha as assinaturas para a CPI e que constava a assinatura desta deputada.

Então, muitas pessoas me ligaram perguntando se eu havia assinado. Eu ri, porque não havia assinado nada, nenhum documento para instalação de CPI. E até quero agradecer ao deputado por ter me alertado para que eu preste mais atenção. A partir de hoje nunca mais assinarei documento algum aqui dentro do plenário. Eu tenho um gabinete e quero assinar os documentos, a partir de hoje, apenas lá, com muita atenção, com muita cautela. Porque uma CPI é algo muito sério e eu não poderia assinar o documento sem antes consultar o meu partido. Eu não tomo decisões isoladas, não posso fazer isso. Nenhum deputado aqui dentro assinaria uma CPI com o telefone no ouvido.

Então, eu venho retratar-me, pedir perdão a todos os catarinenses por essa atitude de assinar um documento com o telefone no ouvido. Eu venho pedir perdão aos meus colegas deputados, porque isso não faz parte do meu caráter, do meu modo de proceder como professora e como uma parlamentar de três legislaturas. Eu peço perdão e agradeço ao deputado por ter dado a entrevista ontem, no rádio, e comentado sobre a minha assinatura. Foi quando eu pedi a minha assessoria para verificar e ela constatou que realmente eu assinara. E hoje o fato está em todos os jornais.

Eu quero dizer para todos os senhores que a minha assinatura foi retirada. Tenho certeza de que o deputado também não assinaria se alguém lhe pedisse para assinar e ele estivesse atendendo um telefonema. Então, o meu nome está fora do pedido de CPI.

O procurador-geral de Justiça, dr. Gercino, já está tomando as medidas necessárias, está investigando. Inclusive, temos uma nota aqui, assinada pelo dr. Gercino Gerson Gomes Neto, procurador-geral de Justiça.

O governador Luiz Henrique da Silveira já tomou todas as medidas necessárias. Eu estive acompanhando os acontecimentos, após ver aquelas imagens terríveis, e o governador imediatamente se pronunciou e já puniu as pessoas envolvidas.

Portanto, se depender da minha assinatura a CPI não acontecerá! Eu aguardo o dr. Gercino, procurador-geral de Justiça, que, como disse, já está investigando, e eu confio no Ministério Público.

Mas eu quero agora dar uma panorâmica sobre o meu trabalho pelo estado de Santa Catarina. Na sexta-feira viajei para o município de Correia Pinto, visitando professores, amigos e depois estive na festa do 1º Costelaço, a convite do presidente da Câmara Municipal, vereador Edson Passold, do meu partido, que esteve muito envolvido na festa. Inclusive, o lançamento foi realizado aqui na Assembleia Legislativa e contou com a presença do deputado Dagomar Carneiro, membro da Mesa Diretora, e também do líder do governo, deputado Elizeu Mattos.

Domingo, estive em Sombrio, participando de inúmeras reuniões e fazendo filiações, porque o meu partido precisa crescer e eu tenho trabalhado muito em prol do Partido Republicano Brasileiro.

Já na segunda-feira desloquei-me para o município de Ituporanga, cidade do deputado Peninha, onde fiz inúmeras visitas

a empresas; visitei a rádio da cidade, onde fui entrevistada sobre o meu trabalho parlamentar; também visitei a empresa Águas Negras S/A Indústria de Papel, onde constatei que todo o papel reciclado que é recolhido de vários estados naquela indústria é transformado em embalagens de papelão. Pode observar o trabalho belíssimo daquelas máquinas, que são manipuladas por aproximadamente 120 operários. Estive também em uma empresa de ferramentas e pude constatar o trabalho desbravador daquelas pessoas; na Malharia Poti Tex, pude ver o trabalho desenvolvido pelas mulheres.

Por isso, não foi possível acompanhar a comitiva do governador Luiz Henrique da Silveira, que foi entregar um prêmio ao vice-presidente José de Alencar, em São Paulo. Mas quero agradecer ao governador que me convidou para acompanhar a comitiva, da qual, infelizmente, não pude fazer parte devido à minha agenda em Ituporanga.

Que Deus abençoe a todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, não poderia deixar de cumprimentar os funcionários da área da saúde que se fazem presentes na galeria desta Casa Legislativa, e desde já deixar claro o meu posicionamento sobre a greve desses profissionais, pois eu também sou da área, sou enfermeira por profissão, numa missão de ser deputada.

Quero pedir encarecidamente ao governo do estado, à secretaria da Saúde, à nossa secretária Carmen Zanotto, que abra os canais de negociação, porque aqui nós só temos trabalhadores que atendem muito bem a população, que ganham realmente um salário miserável, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, eu até estava cobrando do nosso presidente da comissão de Saúde para que sejam interlocutores entre o sindicato e o governo, a fim de que possamos solucionar esse problema que vem-se arrastando há muito tempo e que merece a nossa atenção.

(Palmas das galerias.)

Merecem também o respeito dos diversos parlamentares que poderão demonstrá-lo sendo a via de negociação entre o governo do estado e o sindicato para solucionar esse problema, e valorizar esses profissionais que trabalham...

(Manifestação interrompida pelo término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Esta Presidência registra a presença do vereador Luiz Alberto Arruda, da cidade de Urubici, e de Francisco de Assis, suplente de vereador da mesma cidade.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes e, principalmente, profissionais da área da saúde.

Inicialmente eu gostaria de fazer, por responsabilidade política, ética e pessoal, alguns esclarecimentos e, ao mesmo tempo, trazer as nossas posições da importante estratégica deste Parlamento constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o sistema carcerário de Santa Catarina.

Em segundo lugar, quero esclarecer que foi a partir do pronunciamento da deputada Professora Odete de Jesus, a partir do seu requerimento, da sua manifestação nesta Casa, na semana passada, nesta tribuna, que eu fiz um pronunciamento crítico à situação da Segurança Pública, dos maus tratos e das torturas evidenciadas no sistema prisional, de todo o processo do sistema penal que está em colapso e que, como diz o novo diretor, está uma bomba. Então, por causa dessas denúncias, das imagens que foram transmitidas por redes de televisão, nós entendemos que este Parlamento deveria constituir um fórum de investigação e depois do meu pronunciamento colhi as assinaturas de deputados da base do governo e de deputados da Oposição.

Em terceiro lugar, estou mais tranquilo agora para ouvir a deputada Professora Odete de Jesus admitir que estava desatenta, que foi pega de surpresa e que por isso poderia ter assinado um documento sem ter consciência de que produziria a base para uma investigação.

Quanto a esse fato são necessários dois esclarecimentos.

Quando este deputado começou a colher as assinaturas, o próprio deputado Narciso Parisotto, da base do governo, assinou, e acho que ele foi digno ao dizer por que razão retirou a sua assinatura.

Em quarto lugar, quero informar que começamos a colher as assinaturas na terça-feira, depois do meu pronunciamento, e que não houve nenhum requerimento solicitando reunião conjunta. Este deputado não propôs porque não é presidente de nenhuma comissão, a não ser da comissão de Educação. Somente na quarta-feira foi realizada a reunião por convocação da presidente da comissão dos Direitos Humanos e a reunião ordinária da comissão de Segurança Pública.

Portanto, não é verdadeiro que este deputado tenha proposto a realização de uma reunião conjunta. Este deputado propôs simplesmente a realização de uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as torturas e as denúncias referentes ao sistema prisional.

É preciso que isso seja esclarecido, porque este deputado, na própria quarta-feira, não estava aqui presente, estava em São Paulo.

Então, na reunião conjunta este deputado não convocou nem articulou e nem pediu para ninguém assinar, porque isso não é da sua competência.

Para esclarecer esse processo, quero dizer que quando a deputada Professora Odete de Jesus disse aqui que o governo tomou todas as medidas necessárias, eu entendo que ela fez a coisa mais acertada. Essa foi a melhor justificativa para ela retirar a sua assinatura, o que provavelmente motivou também o deputado Narciso Parisotto a assim proceder, pois o governo, no seu entendimento, está tomando as medidas necessárias para resolver o problema da Segurança Pública.

Estou fazendo esses esclarecimentos para que não haja dúvidas, para que saibam que não é verdadeiro que eu colhi assinaturas para a reunião conjunta, mas para a constituição de uma CPI como todos os deputados que assinaram reconheceram.

As medidas do governo do estado foram suficientes para resolver o problema da Segurança Pública?

Deputado Sargento Amauri Soares, o que aconteceu nesta última semana que os presídios mudaram, que o sistema penal

mudou, que as torturas acabaram aqui no estado? Porque depois do início da coleta das assinaturas para a constituição de uma CPI estão vindo mais denúncias de torturas no estado de Santa Catarina, mais crise no sistema prisional!

O próprio governo do estado, na justificativa do Projeto de Lei n. 0366 que encaminhou a esta Casa, diz que o quadro atual do sistema prisional apresenta indícios de colapso! O diretor do departamento que assumiu no lugar de Hudson Queiroz disse que o sistema prisional é uma bomba! E aí o governo faz com que o Parlamento se ajoelhe ao Executivo! Este Parlamento fica subordinado ao Executivo quando não investiga o que foi denunciado. É o silêncio da Casa é o silêncio da democracia neste Parlamento que representa os diferentes interesses de setores da sociedade catarinense! Novamente o Executivo subordina, faz-nos silenciar diante das denúncias graves contra o sistema prisional, contra a Segurança Pública.

Srs. deputados, na quarta-feira estavam neste Parlamento esposas feridas quando o secretário, os diretores e os delegados colocaram essa situação dos presídios, das delegacias, da Segurança Pública. As duas secretarias, a de Justiça e Cidadania e a de Segurança Pública, estavam uma responsabilizando a outra. Afinal de contas, de quem é a responsabilidade da má imagem que se está construindo?!

Eu li nos jornais de hoje, terça-feira, uma notícia dando conta de que as celas estão apodrecendo e que estão permitindo. Não são as celas que estão apodrecendo, a Segurança Pública está podre em Santa Catarina. E por que não fazermos a CPI? Por que não fazermos uma investigação serena e isenta nesta Casa? Ibsen Pinheiro diz que quando é séria a intenção de uma CPI, ela pode dar resultados à democracia e à República. Não temos que estar preocupados com a eleição de 2010, temos que estar preocupados com o povo de Santa Catarina, com a segurança de Santa Catarina!

E o problema, srs. deputados, não é somente na Segurança. Temos o problema dos professores; do governo que quer municipalizar inclusive o ensino fundamental; dos agentes prisionais; da Saúde, que está em greve. É um governo que não está preocupado com os servidores públicos, com os serviços públicos em Santa Catarina.

Por isso os servidores da Saúde, assim como os servidores da Segurança e da Educação, têm que se levantar, têm que reagir! Eles dizem que estão tomando todas as medidas, mas nós queremos ver quais medidas estão sendo tomadas, deputado Kennedy Nunes, nos presídios, nas penitenciárias; quais as medidas que estão sendo implementadas para valorizar os servidores da Segurança Pública, os agentes prisionais, a Polícia Civil, a Polícia Militar, os servidores da Saúde. Eles têm que sentar, negociar e não simplesmente criminalizar, dizer que é inconstitucional, que é ilegal! Eles têm que construir o reconhecimento da cidadania dos servidores públicos. Eu não acredito no futuro deste estado se o servidor público não for valorizado, bem avaliado, bem construído como política pública.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu fiquei e ainda estou meio estarecido quando ouvi a justificativa dos deputados para retirarem as assinaturas para a constituição de

uma CPI. Uma disse que estava ao telefone e o outro disse que estava resolvido o problema.

Resolvido o quê? O diretor, que foi exonerado, não foi exonerado, foi ele quem pediu demissão! Pelo que chegou a nesta Casa, o governador insistiu para que ele não pedisse! É essa a solução? E nós vamos ficar calados?! Este governo não aguenta meia hora de investigação!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Nesta quinta-feira diferentes entidades irão manifestar-se: a Associação dos Advogados Criminalistas de Santa Catarina; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; a Pastoral Carcerária; a Pastoral da Juventude; a OAB; a UCE; o Conselho Nacional de Justiça...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares, e na sequência ocupará a tribuna o deputado Padre Pedro Baldissera, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu queria registrar, com pesar, o falecimento da sra. Elisabeth Fortunato Honorato, a d. Beth, esposa do sargento Saul, companheiro nosso de oito anos de luta da Aprasc, na cidade de Laguna. Vim agora do velório, lá na beira do mar de Anita Garibaldi, onde está sendo velada. Ela lutou heroicamente, anos e anos, contra o câncer, mas, infelizmente, faleceu na tarde de ontem.

O sargento Saul está no Conselho de Disciplina injustamente, junto com outros 40 e poucos companheiros, por ter lutado pelo cumprimento da Lei n. 254. Isso abalou emocionalmente a d. Beth no começo do ano e acabou agravando ainda mais o seu estado de saúde.

Gostaria muito de ter acompanhado o enterro dela que será agora, às 16h, mas tive de vir para a capital apoiar os trabalhadores da Saúde nessa luta justa contra o governo que não quer negociar.

Muito obrigado, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores da Saúde, ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para trazer presente aquilo que tem sido motivo de mobilização, de debate, de discussão por parte de uma parcela da sociedade, trabalhadoras e trabalhadores da roça, do campo, que são, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que já foi secretário da Agricultura do estado de Santa Catarina, os nossos integrados avicultores e avicultoras, que vivem de uma forma ou de outra um momento difícil na sua caminhada como trabalhadores da agricultura familiar.

Eu tenho acompanhado mais de perto, nesses últimos anos, a angústia de muitas pessoas que muitas vezes estão em campos opostos, angústia que não é tão diferente da de milhares de trabalhadores e trabalhadoras de outros setores da nossa sociedade e que se tem agravado um pouco mais em função da crise econômica, até não tanto do nosso país, que em curto espaço de tempo tem tido uma reação forte, imediata,

contraoendo-se à crise produzida no seio da sociedade capitalista neoliberal mundial.

O processo de integração tem fragilizado enormemente e de maneira muito especial a ponta dessa cadeia: o agricultor e a agricultora familiar. Claro que não podemos deixar de reconhecer que as próprias indústrias que agregam a matéria-prima e o valor também sofreram conseqüências, mas é preciso que dentro do campo da parceria sejam buscadas alternativas.

Existe, sim, uma concentração enorme do lucro, e sabemos que numa sociedade democrática, socialista é preciso que a riqueza possa ser socializada. Vivemos numa sociedade que privilegia o capital, que explora a mão de obra, que concentra riqueza, que concentra poder nas mãos de pequenas minorias, enquanto a grande maioria sofre as conseqüências e vive em situação de exploração, de expropriação e de miséria.

Sr. presidente, em reunião com várias lideranças nós conseguimos que fossem pontuadas várias situações e que também, neste momento, pudéssemos buscar alternativas para, no mínimo, incrementar a renda do nosso agricultor e agricultora, pois a grande problemática da família que vive na roça é a ausência de renda. Aliás, não só ao nosso produtor, ao nosso trabalhador da roça, do campo, da agricultura familiar, mas aos diferentes segmentos da sociedade a renda é o que predomina, e a ausência dela gera miséria, situações difíceis de viver e conviver na sociedade da qual fazemos parte.

Nessa reunião, deputado Moacir Sopelsa - e o deputado Dirceu Dresch esteve presente e participou ativamente -, ventilou-se a possibilidade de que seja criado, em nível de estado, a exemplo de outros estados da nossa federação, um fundo para poder alimentar a cadeia produtiva dos nossos avicultores em relação às próprias empresas. Ao mesmo tempo, deveriam ser buscadas, nas diferentes instituições financeiras, alternativas para incrementar parcerias através da empresa com os nossos produtores, com os nossos integrados, possibilitando melhor qualidade de vida, gerando, automaticamente, uma renda a mais para levar adiante a sua atividade.

O desespero é grande, é forte e é preciso encontrar, em cada um de nós, agentes políticos, força e reforço, para buscar alternativas de mantê-los na sua atividade. É preciso que sejam encontradas rapidamente essas alternativas para que possamos fortalecer cada vez mais essa cadeia produtiva, principalmente no que tange à avicultura do sistema de integração, haja vista que Santa Catarina se destaca no cenário nacional em relação à exportação. Quem sabe nós juntos possamos construir alternativas para que os agricultores, os integrados, possam ter mais renda e continuar com a sua atividade.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Ouço v.exa., deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Agradeço a oportunidade do aparte, deputado Padre Pedro.

Gostaria de cumprimentar v.exa. - e já tive a oportunidade de fazê-lo antes - pelos seus pronunciamentos na direção da integração em Santa Catarina. É um modelo que se incentivou no nosso estado, mas que se não tomarmos algumas posições e não dermos uma força para o nosso produtor, ele ficará cada dia mais pobre.

V.Exa. está coberto de razão, pois se o campo padece, a cidade também padece. Os nossos pequenos municípios estão ficando

cada vez mais pobres, porque a sua receita, a sua renda, vem principalmente da avicultura e da suinocultura.

Claro que sabemos que não existe produtor sem indústria, mas também não existe indústria sem produtor. Integração quer dizer estar integrado. E parceria significa dizer que as duas partes estão envolvidas. Mas estamos cansados de ver que a parceria vale apenas para uma parte. A outra parte continua cada vez mais pobre. Enquanto as indústrias quebram, os seus diretores não estão quebrados. Portanto, precisamos buscar esse entendimento.

V.Exa. tem o meu apoio e, tenho certeza, que tem o apoio do governo do estado, porque a agricultura de Santa Catarina é exemplo e ela não pode ser sacrificada, penalizada, a ponto de o agricultor abandonar o campo.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Gostaria de lembrar que no próximo dia 27 nós teremos uma audiência pública em Chapecó.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero cumprimentar todos os que nos acompanham, principalmente os trabalhadores da Saúde do nosso estado, os que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Sr. presidente, srs. deputados, estamos voltando a esta Casa hoje, depois de um período de 60 dias de licença, em função do rodízio parlamentar da nossa bancada, e estamos-nos inteirando mais dessa conjuntura. Inclusive, estivemos acompanhando, via imprensa, diariamente, as informações e os debates.

Quero cumprimentar e parabenizar todos os trabalhadores da Saúde que estão mobilizados aqui. Com certeza é um importante ato que fazemos no dia de hoje não só com relação à questão do salário, do reajuste salarial, mas também em defesa da saúde pública em Santa Catarina.

Parabéns para vocês que estão aqui.

(Palmas das galerias)

Como sindicalista tenho acompanhado essa luta de vocês de muitos anos. E essa não é apenas uma luta da Saúde, que com certeza presta um grande serviço à sociedade catarinense, mas também é uma luta no sentido de manter públicos os serviços de saúde. Então, parabéns pela luta, parabéns pela resistência que vocês fazem junto à sociedade catarinense. Infelizmente, muitas vezes, a sociedade catarinense só percebe a situação do serviço público de saúde quando vocês estão em greve, mas a situação realmente nos preocupa, como parlamentar.

Sou da região oeste, a região mais distante e que tem muita deficiência no atendimento à saúde. Por isso, sofremos uma pressão muito grande por parte da sociedade, para ajudar vocês, para nos somarmos a essa luta. E podem contar com a bancada do Partido dos Trabalhadores. Estamos juntos nessa luta pelo serviço público de qualidade.

Quero destacar também, já falado pelo deputado Pedro Uczai, a quem quero agradecer por me substituir nesse último mês,

depois do deputado Décio Góes, na liderança da nossa bancada, que além dessa grande questão da Saúde, temos os problemas na Agricultura, na Educação e na Segurança Pública em Santa Catarina. Então, queremos alertar o governo do estado sobre a necessidade de abrir o diálogo, a negociação, com os trabalhadores catarinenses das mais diversas categorias.

Quero deixar registrado um pedido ao governador Luiz Henrique, ao secretário da Saúde: para sentarem e dialogarem, porque sempre é importante o diálogo num processo de busca de entendimento entre trabalhadores e governo. É importante o governo sentar, discutir a pauta, discutir os encaminhamentos, porque sabemos que hoje perde a sociedade catarinense e perdem os trabalhadores da Saúde por estar parados.

Com certeza ninguém gosta de estar aqui, vir para cá, para a capital. Gostariam todos de estar trabalhando, mas estão aqui por uma luta justa. Por isso, conclamamos o estado para dialogar, abrir um canal de negociação e pôr fim à greve, através de uma negociação justa com a categoria.

(Palmas das galerias)

No ano passado presidi a comissão de Segurança Pública desta Casa durante o ano todo. Fizemos inúmeras audiências públicas, inúmeras reuniões da nossa comissão, para discutir o tema segurança. É verdade que a questão da segurança pública no Brasil e no mundo é extremamente polêmica. Inclusive, a deputada Ana Paula Lima participou da audiência pública em Blumenau e da visita ao presídio regional de Blumenau. Essa situação é preocupante também em Itajaí, em Balneário Camboriú, enfim, nos demais presídios de Santa Catarina.

Entretanto, precisou ser divulgada uma matéria no *Jornal Nacional*, precisou a imprensa nacional noticiar os fatos, para que aqui no estado fosse encaminhado um processo profundo de apuração do que era denunciado. E não é qualquer denúncia, srs. deputados e sras. deputadas, são diretores da Segurança Pública que saem em licença, são diretores que chegam, são pessoas da própria secretaria que dizem que o processo é uma bomba, que o sistema está quebrado. Então, tudo isso preocupa muito e é um dos grandes temas que a sociedade catarinense está debatendo.

Deputado Pedro Uczai, a nossa bancada, com certeza, através da sua liderança, discuti e propôs - depois de consultar um conjunto de entidades e organizações para sentir o clima interno da Segurança Pública - a instalação de uma CPI. Entendemos que é fundamental dar continuidade à investigação. E a sociedade está começando a se mobilizar, porque ela também acompanha no dia-a-dia toda essa situação, esse caos que está colocado no sistema de segurança em Santa Catarina.

Então, é nessa perspectiva, deputado Pedro Uczai, deputada Ana Paula Lima, deputado Kennedy Nunes, que a nossa bancada entende estratégicas as apurações dessa situação que está colocada, caso contrário, com certeza, a situação da segurança pública catarinense a cada dia se tornará mais crítica.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cedo um aparte ao deputado Pedro Uczai, ele que acompanhou de perto toda a situação na semana passada.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Dirceu Dresch, quero cumprimentar

v.exa. e desejar um bom retorno a esta Casa e à liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Sobre o assunto da Segurança Pública, acho que o governo está montando uma estratégia para deslegitimar os seus próprios servidores e produzir um processo de privatização da área. E nessa privatização eles estão disputando como vai ser o modelo, a *la Pavan* ou a *la Luiz Henrique*. Estão discutindo qual modelo de privatização da Segurança Pública será o vitorioso, a partir de um ou de outro estado ou de uma dessas lideranças.

Por isso, vamos dar entrada a um recurso na CCJ; vamos participar na quinta-feira da manifestação da CNBB, da Associação dos Advogados Criminalistas, da OAB, da Pastoral Carcerária e de outras entidades de Santa Catarina e do Brasil, para que o nosso estado faça a investigação, para que a sociedade civil organizada pressione os parlamentares a instalarem essa CPI para proceder à devida investigação. Se aqui não tivermos as assinaturas, mesmo assim a sociedade catarinense vai fazer os deputados iniciarem a CPI, a investigação.

Obrigado, deputado Dirceu Dresch, pela oportunidade.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

Então, o nosso trabalho não para aqui. Ele continua com o compromisso dos catarinenses, com o compromisso da sociedade catarinense de ter um atendimento cada vez melhor na área da Saúde, na área da Segurança Pública. E se para isso se faz necessário montar uma CPI para apurar esses fatos, a nossa bancada está disposta a fazer isso.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, gostaria aqui, neste momento, de registrar que enquanto estava presidindo os trabalhos recebi solicitações para que alguns funcionários da Saúde utilizassem a tribuna.

Primeiro, quero dizer que sou solidário ao movimento, principalmente porque sou médico. E como médico vejo ali o levantamento da insalubridade, do comparativo que vocês fazem entre a Assembleia e os funcionários do estado, assunto que nós levantamos nesta Casa. Mas só quero registrar que para ser utilizada a tribuna tem que ser feito um acordo de lideranças. Então, seria importante que procurassem os líderes, para dessa forma solicitar o espaço e a utilização da tribuna.

Portanto, permaneçam de forma contudente na luta, porque estamos com vocês.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, a nossa bancada também recebeu uma comissão de servidores, de representantes, que estão extremamente preocupados com essa situação que angustia a todos nós.

Então, é preciso que esta Casa seja a intermediadora do diálogo. Nós precisamos reabrir o canal de negociação, porque esses

servidores querem trabalhar, eles têm responsabilidade. O governo fez uma campanha muito infeliz, jogando a população contra esses trabalhadores decentes. Não concordamos com isso e queremos ajudar na busca da solução.

(Palmas das galerias)

Acho importante que eles tenham esse espaço para se manifestar e que depois disso constituamos uma comissão.

Deputado Genésio Goulart, conheço a sua sensibilidade como presidente da comissão. E sei que vai-nos ajudar para reabrir o diálogo, porque esse povo está há três anos padecendo, pedindo. Eles avisaram, e a greve não é irresponsável, ela merece o nosso apoio.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos e mais um minuto da palavra pela ordem, que será somado ao tempo de v.exa.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, creio que devemos fazer um requerimento formal. E já fazemos, deputado Joares Ponticelli, um requerimento verbal, para que os trabalhadores possam fazer uso da palavra por até dez minutos ainda na tarde de hoje, após ouvidos, é claro, todos os líderes.

Essa era a questão de ordem que eu iria fazer no microfone de apartes, mas estou fazendo aqui, da tribuna, com a generosidade do presidente ao me conceder um minuto a mais, porque creio que ninguém melhor do que eles para falar da situação que estão vivendo.

Já fomos acusados de muitas coisas pessoalmente por ser marido da Edileuza, presidente do SindiSaúde. Mas estou aqui justamente para dizer que queremos que eles falem e não que falemos, embora tenhamos muito para falar a esse respeito.

A Edileuza está afastada da greve e das atividades normais como presidente do sindicato por problemas de saúde, continua convalescente e, portanto, não tem nenhum sentido dizer que a greve foi construída politicamente. Até porque vocês todos estão aqui sem a necessidade de a Edileuza puxá-los pela mão, sem a necessidade de este deputado convidar, até porque estava desde a madrugada na cidade de Laguna, o que prova que o sindicato, com o vice-presidente Pedro e com toda a diretoria, com o amplo comando de greve e a categoria, sabe muito bem se representar e defender os seus interesses, mobilizar-se, organizar-se de forma autônoma.

O nosso dever como cidadão, como representante de parcela da sociedade catarinense, é apoiar a greve e o movimento dos trabalhadores da Saúde - movimento que é de vocês. A nossa atribuição aqui é apoiar, e apoiamos de forma integral, incondicional, como já colocamos em outra oportunidade.

(Palmas das galerias)

Quero transmitir o abraço da Edileuza, que agradece muito e comove-se com a força da categoria da qual ela faz parte, com a força de vocês, que têm conduzido esse movimento apesar de todas as ameaças, apesar de todas as afrontas, apesar de toda violência com que o governo vem criminalizando um movimento legítimo.

Que alguém do governo, da comunicação, venha dar uma olhada aqui, na Assembleia, para ver se ainda é preciso provar que esse movimento é legítimo. A categoria está aqui para provar isso.

Há 13 anos não há greve na Saúde. Será que é a greve que estraga a saúde

pública de Santa Catarina ou são os maus governos que estragam a saúde pública de Santa Catarina?

(Palmas das galerias)

Faz 13 anos que não há nenhuma greve! A última foi em 1996! O que melhorou de lá para cá? O que melhorou foi pelo empenho e pela força dessas pessoas, dessa categoria que está aqui, porque os recursos são cada vez mais escassos.

Deputado Pedro Uczai, antes que termine o meu tempo, quero dizer que sou solidário, que a minha assinatura está lá e vai ficar, mesmo que sejam apenas 12 ou 13, porque na escola em que aprendi não me ensinaram a desassinar. No mundo em que vivo aprendi apenas a assinar. Quanto a desassinar, não aprendi.

(Palmas das galerias)

Temos que arcar com as consequências dos atos e das convicções que temos ao discutir segurança pública em todos os aspectos do sistema prisional, ao discutir os salários que estão aí provocando as maiores convulsões. Esses cartazes pedem 50% de aumento ao governador. E nós, praças, agentes prisionais queremos 25% de abono que o governo está dizendo que vai dar para os delegados.

Olhem a forma de tratamento salarial que estamos tendo em Santa Catarina. Nós queremos $\frac{1}{4}$, que é o princípio da Lei n. 254, a diferença de um para quatro entre o maior e o menor salário.

O governo está dizendo que vai dar R\$ 2.000,00 de abono para os delegados. Os oficiais estão aí para fazer greve porque também querem os R\$ 2.000,00. Mas nenhum deles levanta a voz para lembrar o soldado que se está arrebatando, que está morrendo, que está levando tiro para defender a sociedade catarinense.

Quem defende os trabalhadores da Saúde? Cada governo promete melhorar, cada governo promete resolver. E vocês que estão aqui sabem que a maioria de vocês provavelmente votou no Luiz Henrique da Silveira, que agora trata a categoria como marginal.

Deputado Pedro Uczai, estão procurando cadáver na BR-101 para ver se colocam a culpa no pessoal da Saúde. É real! O Ministério Público e os órgãos de imprensa, que querem ser verdadeiros, precisam atentar para isso, porque estão procurando cadáver na BR-101, e não é difícil encontrar, para jogar na porta do hospital e dizer que foram eles que mataram por omissão.

(Palmas das galerias)

Isso, sim, é um crime. Isso, sim, é aviltar o direito do trabalhador. Isso, sim, é aviltar a sociedade catarinense, que paga todos os salários, inclusive o do governador e até do governador aposentado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero cumprimentar muito especialmente os trabalhadores da Saúde que comparecem à nossa Casa na tarde de hoje.

Como relatei há pouco, recebemos durante a reunião-almoço da nossa bancada uma comissão de representantes dos trabalhadores da Saúde, acredito que todas as

bancadas devem tê-los recebido e acho que nós precisamos abrir imediatamente um canal de comunicação porque nem esses servidores, nem a sociedade catarinense podem padecer diante das atitudes de um governo que engana, de um governo que gerou expectativas, de um governo que não só assina, deputado Sargento Amauri Soares, e rasga a assinatura, mas que também rasga as leis que são aprovadas neste Parlamento. E a Segurança Pública, com a Lei n. 254, é a grande prova disso.

(Palmas das galerias)

O deputado Kennedy Nunes, que é um dos mais modernos da Casa e que juntamente com o deputado Lício Mauro da Silveira e outros têm *twitter* - eu ainda não tenho -, disse-nos que Eduardo Pinho Moreira acabou de postar uma mensagem dizendo que *Segurança Nacional* é o filme que será lançado hoje, em primeira mão, em Santa Catarina, feito por um catarinense, Roberto Carminati, com atores globais. Só ator global mesmo para poder encenar a insegurança, o caos, a falência em que se encontra a segurança em Santa Catarina.

Esse Roberto Carminati, deputado Gelson Merísio, deve ser o filho do Ivo Carminati que está por aí fazendo campanha com o dinheiro que pegou da SC Parcerias, parece, R\$ 2 milhões do Fundo Cultural para lançar outro filme chamado *O Quebrador de Corações*, que é muito mais quebrador do cofre catarinense do que de corações. É para esse lugar que está indo o dinheiro que deveria estar remunerando decentemente o servidor de Santa Catarina, infelizmente.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, com relação a esse filme sobre segurança nacional, será que eles já não têm algumas cenas boas para o filme, como a tortura no presídio?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - O pré-lançamento foi no *Fantástico*, no domingo passado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Por isso foram atrás dos atores globais!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - O Eduardo Moreira deve ter ido pegar as cenas do *Fantástico*. Eu acredito que aquelas cenas do programa devem ter sido o pré-lançamento em rede nacional e mundial, porque repercutiram mundialmente. Vejam que o investimento, pelo menos nesse filme dos atores globais, contando a falência da Segurança em Santa Catarina apareceu de maneira diferente do *Quebrador de Corações*, que quebrou o cofre do governo e até hoje não apareceu nenhum filme.

Mas gostaria de dizer, sr. presidente e srs. deputados, ainda com relação aos servidores, que essa situação toda nos preocupa muito. Eu não sei para aonde caminha o estado catarinense, a situação de insatisfação, de infelicidade do servidor público de Santa Catarina é generalizada. Claro, vocês ficam mais angustiados agora porque se aproxima o final do ano que antecede a eleição, e se não forem feitas as reposições e o reajuste salarial neste ano, no ano que vem eles virão com a desculpa de que existe a lei eleitoral que proíbe; e, o que é pior, daqui a menos de 50 dias o governador Luiz Henrique pica a mula para cuidar da campanha de senador e também para cumprir a promessa de aposentar mais um vice-governador que vai ficar para o resto da vida ganhando um salário de R\$ 26 mil por mês. No primeiro mandato

ele saiu antes para aposentar o Eduardo Moreira e nesse vai aposentar o Leonel Pavan, que é quem vai ter que pagar essa conta, porque vai estourar toda essa bucha que ele deixou, todo esse acervo de mentiras que contou e não cumpriu, e vai ficar para o Pavan resolver. Enquanto isso, ele vai picar a mula e cuidar da campanha de senador.

Mas tenho certeza de que o cidadão catarinense, liderado pelo servidor público, vai saber dar a resposta, sim, no momento em que precisar, por conta dos sete anos de enganação em que vive o servidor de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Nós precisamos, portanto, sr. presidente, antes do horário destinado à Ordem do Dia - e tenho certeza de que v.exa. concederá esse espaço -, ouvir por dez minutos, é o mínimo que esta Casa pode fazer, a manifestação do Sindicato da Saúde, que avisou, que alertou, que não é irresponsável, não! Mas agora, se vocês não tiverem cuidado, o governo vai sair atrás de uma vítima, sim, para colocar a culpa em vocês, por conta de não terem cumprido com os seus compromissos.

Portanto, esta Casa tem que assumir essa responsabilidade, tem que cumprir o seu papel e buscar imediatamente a abertura de diálogo com o governo, deputado Jailson Lima, sob o risco de a população continuar penalizada, o que já está, por conta do sucateamento da Saúde, da falta de vagas em UTIs, em serviços de média e alta complexidade no interior e pela redução da "ambulancioterapia", é verdade, mas pela criação, pela inovação de Luiz Henrique da Silveira com a "vanterapia" e com o "onibusterapia", que trazem cada vez mais doentes para a capital. Essa é a realidade que vivemos e temos que a debater de forma responsável e esta Casa precisa conduzir todo esse processo.

Já com relação à CPI e à notícia de ontem, deputado Pedro Uczai, que surpreendeu todos, reitero aqui o que disse para a imprensa, e assim como assinei, tenho certeza de que todos assinaram conscientemente, até porque a imprensa vem falando nesse assunto.

Mas eu quero falar sobre a deputada e o deputado que assinaram. Eu me reporto, lamentavelmente, a quem a forçou, a quem novamente no tacão, na pressão, na arbitrariedade, na brutalidade, dobra a espinha deste Poder mais uma vez e não permite a abertura de CPI, porque é fraco, é corrupto, é um governo que não resiste meia hora, deputado Kennedy Nunes, não resiste nem a 20 minutos de investigação por conta dos desmandos que ocorrem por toda Santa Catarina, lamentavelmente. Esse filme nós já vimos aqui.

Agora, eu vi deputados governistas dizendo que essa era uma bandeira política e que queriam a CPI agora porque haveria eleição.

E a CPI do Bolshoi, que foi proposta há seis anos e o governo não deixou abrir, deputada Ana Paula Lima? Depois a CPI da Casan, daquele povo que diz que trocou cano por voto e entrou pelo cano, porque a água não saiu no cano. Também não deixaram abrir aquela CPI!

(Palmas das galerias)

Depois disso veio a CPI do Aldo Hey Neto, aquele homem forte do Luiz Henrique, cujo gabinete ficava ao lado do gabinete do governador! Aquele em cujo apartamento a Polícia Federal encontrou R\$ 2 milhões 30 dias antes da eleição! E nós queremos uma CPI para buscar resposta somente para duas

perguntinhas: de onde veio e para onde iriam os R\$ 2 milhões que estavam, 30 dias antes da eleição, na casa do mais graduado homem de confiança do governador Luiz Henrique.

Deputado Kennedy Nunes, menos do que isso derrubou a Roseana Sarney da candidatura presidencial! Vieram com explicações e disseram que não precisava abrir CPI porque o governo já havia aberto uma sindicância e que iria esclarecer tudo. Eu perguntei: quem de v.exas. viu a conclusão daquela investigação? Três anos se passaram e ninguém sabe de onde veio, para onde iriam e nem onde estão aqueles R\$ 2 milhões.

Portanto, este governo prefere curvar esta Casa, constringer deputados a retirar assinaturas e a dar explicações que o povo não entende, a dizer que não deixou fazer a investigação porque há muita sujeira embaixo do tapete, porque não existe investigação, porque não há transparência e agora mostra que é corrupto e Santa Catarina vai comprovar isso brevemente.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só gostaria de comunicar que, como membro da comissão de Saúde, acabei de protocolar na comissão um pedido para que se faça uma reunião extraordinária amanhã ainda, a fim de criarmos uma frente de conversação entre o governo e o movimento grevista, porque esta Casa tem que se posicionar e tem que fazer esse papel.

Então, sr. presidente, o pedido foi protocolado na comissão e espero receber ainda hoje a resposta.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. deputados, servidores da Saúde que estão presentes democraticamente nesta Casa, gostaria inicialmente de dizer que o Democratas é favorável a que se dê oportunidade para que, por dez minutos, os representantes possam manifestar-se neste plenário que é do povo catarinense.

E quero aqui, com serenidade, longe do discurso acalorado, fazer um apelo ao entendimento, para que possamos encontrar uma solução, deputado Darci de Matos, que deixe o servidor confortável para seguir trabalhando.

Eu encontrei hoje algumas pessoas conhecidas, que já nos atenderam na área da saúde pública; encontrei pessoas que já atenderam o meu irmão no Hospital Infantil numa situação muito difícil pela qual passou no início da sua vida. Sei que quem está aqui hoje não é por não querer trabalhar, sei que preferiam neste momento estar cumprindo o seu dever, e se aqui estão aqui é porque estão fazendo reivindicações que devem ser ouvidas.

(Palmas das galerias)

Esse é o caminho para seguirmos neste momento. Por isso, faço aqui um apelo ao governo, no sentido de que escute, converse para chegarmos a um entendimento, porque não é pela linha da força, da confrontação que se chega a uma solução.

Não se está lidando com nenhum fora da lei, mas com trabalhadores, a maioria com muitos anos de serviço público, que merecem ser respeitados e ouvidos. Por isso, aqui, em nome do Democratas, esse apelo ao entendimento, para que se valorize o servidor e consiga-se restabelecer a normalidade dos serviços na área da saúde.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, meu líder, deputado Cesar Souza Júnior.

Objetivamente, eu não poderia deixar de fazer coro com as suas colocações. Estive em Joinville visitando os funcionários da Maternidade Darcy Vargas e estive em contato também com o pessoal do Hospital Regional. Como v.exa. disse, trata-se de trabalhadores com dificuldades e por isso somos favorável a que se reabra a discussão, a negociação, para que possamos chegar a um bom entendimento, prestigiando essa categoria tão importante e tão sofrida do nosso estado.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Concedo o aparte a v.exa., mas peço brevidade, deputado Sargento Amauri Soares, porque tenho outro tema para tratar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Cesar Souza Júnior, não posso dizer mais nada além de parabenizar v.exa. por essa posição em prol da abertura do espaço e do diálogo. Isso é tudo que esses trabalhadores querem, é tudo que nós queremos e é o que importa para a sociedade catarinense.

Eu vejo algumas dessas pessoas chorarem, quando não entram para trabalhar porque estão em greve. Choram, mas sabem da importância da greve e querem atender a população, sentem muito e roem-se por dentro quando às vezes têm que dizer um não, mesmo quando o caso não é urgente, porque quando é urgente é atendido.

Então, quero parabenizar v.exa. por ter entendido o espírito do movimento da categoria e todo aplauso a v.exa. se efetivamente sair uma negociação que possa por um fim a esse impasse no mais breve espaço de tempo possível.

Parabéns a v.exa.!

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. É esse apelo que estamos fazendo, ou seja, para que se restabeleça a negociação, porque sabemos que o trabalhador da Saúde, talvez de maneira especial no serviço público, é um apaixonado por aquilo que faz. Por mais que a saúde seja um balcão de lamentação, muitas vezes de dor, o funcionário é um apaixonado pelo trabalho.

Eu sei que se algumas pessoas estão-se sentindo desconfortáveis pela greve, o maior sofrimento é o de estarem aqui e deixarem de fazer aquilo que têm paixão, que sentem orgulho, que é o seu trabalho. Por isso, aguardamos um entendimento.

(Palmas das galerias)

Eu gostaria, deputado Sargento Amauri Soares, de fazer um comunicado à população catarinense, pois quando aprovamos aqui a lei da isenção do pedágio, houve quem falasse que estávamos propondo uma lei

absurda, que não poderíamos isentar, deputado Joares Ponticelli, aqueles que têm no seu município uma praça de pedágio.

Confesso que a empresa operadora, a OHL, uma multinacional, entrou com uma ação contra a nossa lei, e ontem saiu a sentença na Justiça Federal: a lei continua valendo, srs. deputados, a lei permanece em vigor, pois a Justiça Federal negou a suspensão da lei e determinou que se entrasse no Supremo Tribunal Federal, que é quem vai decidir. Até lá a lei está valendo e o não cumprimento irá constituir-se em crime. Nós aguardamos que a outra ação que deu entrada no Ministério Público Federal também seja favorável e que aqueles que dolosamente se negarem a cumprir a lei sejam punidos. Não é porque são uma grande empresa multinacional que podem deixar de cumprir uma lei aprovada por unanimidade nesta Casa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Rapidamente, deputado Cesar Souza Júnior, quero dizer que essa é a segunda boa notícia. Na semana passada já tivemos a boa notícia de que o Ministério Público, os procuradores da República em Santa Catarina entraram com uma ação contra a empresa, mandando-a cumprir imediatamente a lei. E agora essa negativa.

Portanto, é preciso que as pessoas guardem o comprovante do pagamento do pedágio, porque não tenho dúvida de que nós teremos êxito, de que a nossa lei continuará tendo êxito e a empresa vai ter que devolver os valores que estão sendo cobrados de forma ilegal e abusiva de acordo com a Justiça que já se está manifestando.

Parabéns pela luta de v.exa. também.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado.

Eu gostaria de deixar claro que o mais incrível - se não fosse trágico, seria engraçado - é o argumento da empresa que quer meter a mão no bolso do povo de Palhoça, dizendo que a nossa lei é injusta. O justo deve ser, então, cobrar pedágio seis vezes por dia para um veículo da Apae de Palhoça que tem que buscar os alunos especiais para fazerem suas aulas dentro do município! É um argumento ridículo dessa operadora. E não tenho medo de falar: empresa fora da lei. Ela tem que cumprir a lei como o cidadão cumpre. Não é por ser poderosa que está acima da legislação!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Não há oradores inscritos no horário do PMDB.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente já que o DEM se manifestou favorável, a nossa bancada é favorável, o PT é favorável, imagino que os deputados Sargento Amauri Soares, Professor Grando e a deputada Professora Odete de Jesus também sejam favoráveis, pediria que todas as lideranças presentes acordassem e dessem um tempo para que o SindiSaúde se manifestasse nesta Casa.

Esse é o meu pedido, sr. presidente.
(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, fiz um requerimento nesse sentido e pela fala dos líderes entendemos que logo após o horário dos Partidos Políticos seria importante ouvirmos o sindicato por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Então, logo que seja concluído o horário reservado aos Partidos Políticos esta Presidência consultará os líderes que estiverem presentes e se houver concordância não haverá nenhum problema de abrimos espaço para o sindicato.
(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de registrar presença do prefeito, do vice-prefeito e da vereadora de Itaiópolis que nos honram com sua presença.

Sejam bem-vindos e sintam-se à vontade nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL e ouvem-nos pela Rádio Alesc Digital, primeiramente quero dizer que o PSDB de Santa Catarina também é a favor de que o sindicato se manifeste nesta Casa para dar a sua palavra, pois sabemos da importância da saúde para os catarinenses.
(Palmas das galerias)

Temo-nos esforçado para fazer com que o secretário Dado Cherem e o governo levem saúde aos catarinenses. Queremos, então, ouvi-lo, sim, porque é através do diálogo e da conversa que poderemos achar uma solução, e esse é o intuito de todos os senhores que aqui estão.

Ontem, sr. presidente e deputado Antônio Aguiar, foi um dia de júbilo na cidade de Blumenau, um momento impar em nosso município. Iniciamos o trabalho pela manhã e todos os que são de lá sabem das dificuldades que estamos passando naquele município com a sua reconstrução. E as pessoas que não são de Blumenau, mas do vale do Itajaí e que não tiveram a oportunidade de ir até lá talvez não saibam a dimensão, o tamanho, a dificuldade que estamos atravessando.

Fui ver algumas casas onde passa uma corredeira que deslocou toneladas de barro, matando mais de dez pessoas. Ao lado existem moradores que não têm nem como tirar o barro, não têm como conter a barreira e nem como resolver o problema das casas. Nós estamos ainda numa situação difícil no município de Blumenau.

Mas apesar de tudo isso, apesar da dificuldade que a maior catástrofe do país nos impôs no dia 22 de novembro do ano passado, ontem, deputado Gelson Merísio, fizemos um convênio entre a Cohab, o Sesc, a Fecomércio e todo o seu sistema, para entregar àquelas pessoas atingidas pela enchente quase 40 residências. Um convênio feito junto com a prefeitura municipal, que vai entregar essas residências num prazo de quase um ano.

Mas v.exas. podem imaginar o nosso desafio, que é entregar 5.000 residências! São 5.000 famílias que precisam do apoio do governo do estado, do governo municipal e do governo federal.

Eu também queria dizer que na manhã de ontem eu sugeri, e foi acatado por todos os que estavam no salão nobre da prefeitura, que esse condomínio residencial dos comerciantes recebesse o nome de Antônio Edmundo Pacheco, que foi um ícone no comércio de Santa Catarina, pois liderou a Fecomércio por quase 15 anos, se não me falha a memória. Ele é o símbolo do comércio de Blumenau e eu tenho certeza de que se esse condomínio receber o nome de Condomínio Residencial Antônio Edmundo Pacheco será aceito com muito agrado.

A segunda coisa, deputado Antônio Aguiar, que aconteceu na tarde de ontem foram as duas inaugurações. Uma foi a inauguração que a nossa população já esperava há muito tempo no EEB Emílio Baumgart, que recebeu, finalmente, depois de muito tempo, de muita persistência da vereadora Helenice Luchetta, depois de muito trabalho também do diretor Cornélio Pereira dos Santos Neto e de muita reivindicação da comunidade de Itoupava Central, a sua quadra coberta, totalmente equipada com sanitários, vestuários e iluminação, com tudo pronto para ser utilizado pelos alunos.

Então, quero parabenizar todos os envolvidos, como a sra. Elizete Mello, diretora de Desenvolvimento Humano da SEE, como o secretário de Desenvolvimento Regional Paulo França, como o governador Luiz Henrique e o vice-governador Leonel Pavan, por essa inauguração.

Saimos dali e dirigimo-nos até a EEB Heriberto Müller. A EEB Emílio Baumgart não sofreu com a catástrofe, mas a EEB Heriberto Müller sofreu muito. Durante a enchente e a catástrofe nós, que montamos uma estação de distribuição de lonas, atendemos 336 famílias durante a catástrofe. E quem foi àquele colégio durante a catástrofe viu que ele ficou coberto com mais de dois metros de lama, deputada Professora Odete de Jesus. A cozinha foi destruída, o colégio ficou todo estragado. Tudo foi destruído, deputado Professor Grandó! Mas o governo foi lá e investiu R\$ 800 mil.

Então, deputado Darci de Matos, aquele colégio foi reinaugurado com galhardia e energia. Não está tudo um mar de rosas no governo em nenhuma das áreas, precisamos melhorar, mas nesses dois colégios nós estamos devolvendo a dignidade aos professores, aos alunos, que são a matéria-prima de uma sociedade mais justa; são a matéria-prima para um estado forte investir.

Por isso quero parabenizar o secretário de estado da Educação, Paulo Roberto Bauer, por sua vontade, por sua determinação e por sua energia. Foi um dia de júbilo em Blumenau.

Mas não bastasse isso, deputado Professor Grandó, v.exa. que é da área da educação, que é professor, tenho uma notícia alvissareira para lhe dar, como também a todos os catarinenses, principalmente aos moradores do vale do Itajaí! Talvez seja este o grande presente que o governo federal pode dar à nossa região, que é a federalização da Furb.

Ontem, às 14h, a comissão do Senado se reuniu na Câmara Municipal de Blumenau e deu um passo adiante ao projeto do senador Leonel Pavan, que teve a ideia, que buscou, deputado Elizeu Mattos, no anseio da comunidade de Blumenau, a necessária federalização da Furb. Depois de termos sido atingidos daquela forma - claro que o governo federal nos ajudou, como o governo municipal

e o governo estadual, pois estamos dando as mãos para refazer Blumenau -, pudemos dar como presente ao vale do Itajaí a federalização da nossa Furb, injetando recursos na educação daquele município.

Isso tudo aconteceu ontem, em Blumenau, encerrando a noite com os 108 anos da nossa Acib, com os oito anos do Prêmio Gustav Salinger, que premia o empreendedor, que premia aquele que acredita no imponderável, porque tenho a total convicção de que uma sociedade que não estimula empreendedores, que não faz com que aquele aluno, com que aquele cidadão possa acreditar e montar a sua empresa, o seu negócio para gerar empregos e desenvolvimento econômico não será uma sociedade justa. Sem isso não haverá recursos do estado para a saúde, para a habitação, para a educação, para aquilo que é o seu objetivo.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Para nós, que somos "sofessor", que é uma mistura de professor com sofredor, realmente a notícia que v.exa. traz é o atendimento a uma reivindicação daquela região, pois a federalização é o melhor caminho para o ensino superior em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Muito obrigado, deputado Professor Grandó.

Era isso, sr. presidente.

(Palmas das galerias)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Como será finalizado o horário dos Partidos Políticos, quero deixar bastante claro que o meu partido, o PPS, cederá o seu tempo ao SindiSaúde, como já fizemos em outras oportunidades e como faremos tantas vezes quantas forem necessárias, para que possa manifestar-se nesta Casa, que é uma casa democrática, que é a casa do diálogo, que é a casa da intermediação.

Portanto, em nome do nosso partido, o PPS, reafirmo que somos favorável a que o representante do Sindsaúde assome à tribuna, a fim de que possa manifestar-se.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, a bancada do PMDB cede os dez minutos do seu horário ao representante do sindicato, para que possa fazer as suas considerações.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, como líder do meu partido, o PRB, eu também concedo os meus dez minutos ao Sindicato da Saúde, para que possa fazer as devidas manifestações.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, apenas quero reafirmar o nosso compromisso - já tínhamos falado isso na nossa bancada - de permitir que o Sindsaúde faça a sua manifestação, como todos os partidos já o fizeram.

Muito obrigado, sr. presidente.
(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está suspensa, então, a presente sessão por até dez minutos, para que o sr. Pedro Paulo Chagas, do Sindsaúde, manifeste-se.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência consulta os srs. líderes se há concordância para deliberarmos a admissibilidade da Medida Provisória n. 0159/2009, de origem governamental, que altera a Lei n. 7.541, de 1988, que foi aprovada, hoje pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça, bem como a PEC 0003/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que acrescenta o inciso XII ao art. 112 da Constituição do Estado de Santa Catarina, e o Projeto de Resolução n. 0015/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello, que denomina Deputado Marcelino Antônio Dutra a Biblioteca da Assembleia Legislativa.

(As lideranças aquiescem.)

Com a aquiescência das lideranças, todas as matérias serão deliberadas.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Já estamos em regime de votação, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Estamos na Ordem do Dia.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação do Projeto de Resolução n. 0015/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello, que denomina Deputado Marcelino Antônio Dutra a Biblioteca da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado por unanimidade.

Discussão e votação da admissibilidade da PEC n. 0003/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que acrescenta o inciso XII ao art. 112 da Constituição do Estado de Santa Catarina. (horário e dias de funcionamento do comércio local e de eventos comerciais temporários).

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Hoje estamos votando a admissibilidade da PEC, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Sim, a admissibilidade e não a proposta.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com a abstenção do deputado Pedro Uczai.

Discussão e votação da admissibilidade da Medida Provisória n. 0159/2009, de origem governamental, que altera a Lei n. 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A Lei n. 7.541 diz respeito às taxas da Segurança Pública, sr. presidente? Só para conferir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Exatamente, deputado!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Então, na comissão de Constituição e Justiça, para ciência dos deputados da nossa bancada, nós nos manifestamos contra, pois se por um lado, segundo até a própria manifestação do deputado Joares Ponticelli, estão aumentando as taxas, por outro lado não estão aumentando o salário dos servidores públicos. Aumentam a receita, mas não se transferem para os servidores públicos o aumento dessa receita. Em segundo lugar, essa matéria poderia ter vindo em forma de projeto de lei e não de medida provisória.

Assim sendo, eu me manifesto contra essa medida provisória, uma vez que o deputado Dirceu Dresch reassumiu a liderança da bancada e liberou-nos para votar.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, com a permissão do nosso líder, deputado Sílvio Dreveck, a nossa bancada, com relação à admissibilidade, tomou uma posição. Como eu sou representante da bancada na comissão de Justiça, quero dizer que votando a admissibilidade, deputado Valmir Comin, não poderemos mais voltar depois para a CCJ.

Então, a nossa bancada fez um estudo, já se posicionou com respeito à admissibilidade e o deputado Kennedy Nunes foi o primeiro a se manifestar em nome da bancada quando a matéria aqui chegou, deputados Lício Mauro da Silveira, Reno Caramori, Sílvio Dreveck, trazendo, inclusive, reajuste de taxas de máquinas caça-níquel, de bingo.

O governo, tão voraz em arrecadar mais, reajustou até as taxas de bingo e de maquininha caça-níquel, que estão proibidas porque a Polícia Federal proibiu! E aí o governo, desatento, queria aumentar até essas taxas.

Esse Ronaldo Benedet está realmente só pensando em campanha, dinheiro e voto. Não pensa em outra coisa.

Reajustou até as taxas das maquininhas de bingo!

Nós alertamos, a Oposição alertou o governo, é o papel das sentinelas que o deputado Kennedy Nunes sempre fala, e aí corrigiram. Mandaram uma correção esquecendo as taxas das famigeradas maquininhas.

Mas vamos discutir agora os índices de reajuste. Nós fizemos um estudo, deputado Gelson Merísio, e tem razão o deputado Cesar Souza Júnior com relação aos percentuais, os quais estão de acordo com o INPC ou com qualquer outro indexador. Algumas taxas um pouco acima, outras ligeiramente abaixo. Portanto, não há nenhum problema com relação aos índices.

Agora, o que nós não podemos concordar, deputado Moacir Sopelsa, é que o governo reajuste pela inflação as suas taxas e não reajuste o salário do servidor também de acordo com a inflação. A situação do servidor aposentado é de miserabilidade, são quase 50% de perdas, sem o pagamento sequer da inflação.

Portanto, como o governo reajusta o serviço que presta e não paga pelo serviço que recebe do servidor, a posição da nossa bancada, que foi discutida, debatida, responsável e coerentemente, é contrária a essa medida provisória. Só votaremos a favor quando o governo reajustar também, dentro dos índices da inflação, o salário do servidor.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós liberamos a bancada porque temos a compreensão, dentro dessa linha do deputado Pedro Uczai levantou, que o governo ao reajustar as taxas precisaria construir uma política de reajuste salarial para os trabalhadores que estão inclusive em greve, em mobilização. Por essa razão entendemos que não é interessante aprovar, neste momento, esse projeto.

Assim sendo, liberamos a nossa bancada.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, só quero deixar claro e para orientação dos nossos deputados que todas as questões levantadas pelo nobre deputado Joares Ponticelli foram corrigidas, meu líder, deputado Antônio Aguiar, e o relatório do deputado Cesar Souza Júnior, muito bem apresentado, mostrou, item por item, aquilo que foi corrigido.

Por isso, encaminhamos o voto favorável à admissibilidade da Medida Provisória n. 0159/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) -

Está em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada por maioria a admissibilidade da medida provisória, com os votos contrários dos deputados Pedro Uczai, Padre Pedro Baldissera, Dirceu Dresch, Sílvio Dreveck, Lício Mauro da Silveira, Reno Caramori, Joares Ponticelli e Ana Paula Lima.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0752/2009 e 0753/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; e 0754/2009 e 0755/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 1.708/2009, 1.711/2009 e 1.712/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 1.709/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.710/2009, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 1.713/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 1.714/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.717/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; 1.718/2009, 1.719/2009, 1.720/2009 e 1.721/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.722/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira; 1.723/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli; e 1.724/2009 e 1.725/2009, de autoria do deputado Edison Andrino.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 1.705/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da empresa OI, pedindo a instalação de telefonia móvel no bairro Centro, no município de Dona Emma.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 1.707/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes, pedindo urgência na conclusão das medidas administrativas com vistas à duplicação da BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 1.715/2009, de autoria do deputado Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do INSS e ao ministro da Previdência Social, pedindo urgência na realização de concurso público para o cargo de perito médico previdenciário para o oeste e o extremo oeste catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 1.716/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Deinfra, encarecendo a reativação do sistema de iluminação na SC-438, trecho da serra do Rio do Rastro, no município de Lauro Müller.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Moção n. 0236/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, apelando para que aprovem a PEC n. 231-A, de 1995.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

O Sr. Deputado Professor Grando - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, já falei com o deputado Edison Andrino e gostaria de subscrever o Requerimento n. 1.724/2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está subscrito por v.ex.a., sr. deputado Professor Grando.

Pedido de Informação n.

0151/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura e ao presidente do Deinfra, solicitando informações sobre a existência de projeto para a pavimentação das rodovias SC-453 e SC-458.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Fim da matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, quero aqui registrar, no meu retorno a esta Casa, o meu agradecimento ao deputado Cirio Vandresen, que me substituiu nesta Casa, inclusive na comissão de Constituição e Justiça e também no meu gabinete. Agradeço a s.ex.a. pelo grande trabalho feito, por ter encaminhado vários projetos, por ter visitado a sua base eleitoral e também os eleitores catarinenses.

Desejo muito sucesso na sua caminhada, deputado Cirio Vandresen!

Senhores, senhoras, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, vou acompanhar no dia de amanhã a delegação de catarinenses a Brasília. Várias delegações viajarão nesta tarde à capital federal para uma grande mobilização que acontecerá amanhã, no sentido da aprovação do projeto das 40 horas semanais que tramita no Congresso Nacional há muito tempo.

É importante para os trabalhadores catarinenses, para os trabalhadores brasileiros, a redução de 44 para 40 horas semanais. O Brasil ainda é um país com a maior carga horária semanal, com um aumento da produtividade das nossas indústrias, das nossas empresas. E aqui, em Santa Catarina, nas grandes agroindústrias, as pessoas estão trabalhando cada vez mais, tendo cada vez mais produtividade, eis que a exigência é cada vez maior. Estamos tendo muitos problemas de saúde. Inclusive, os dados da Confederação Nacional da Indústria indicam que com essa

redução teremos um acréscimo de apenas 1,995 no custo do salário dos trabalhadores e que o custo final do produto, em termos de salário, é em torno de 20%.

Então, com essa redução de quatro horas semanais, com certeza, teremos um ganho de produtividade. O fato de o trabalhador descansar um pouco mais, estar um pouco mais com a sua família, propiciará condições de esse trabalhador ter mais tranquilidade e qualidade no serviço. Além disso, teremos outros benefícios, como a questão do limite das horas extras, um problema sério no Brasil de hoje. Existe excesso de horas extras, além das 44 horas semanais. O trabalhador faz muita hora extra, e a dificuldade vem aumentando. Por outro lado, teremos um acréscimo também na criação de novos empregos.

Então, toda essa luta das diversas centrais sindicais que se unificaram está em nível de Congresso Nacional, onde faremos amanhã uma grande mobilização.

Já estivemos hoje conversando com vários dirigentes sindicais, com as diversas centrais de Santa Catarina que participarão dessa caravana a Brasília e com certeza amanhã vai ser um dos grandes atos, uma das grandes mobilizações dos trabalhadores brasileiros, nesses últimos anos da história de luta da classe trabalhadora do Brasil.

Estaremos acompanhando essa mobilização por entender que o Brasil está numa condição muito positiva para adotar as 40 horas semanais, a redução da jornada sem a redução do salário, porque neste momento o país está retomando o crescimento e a sua economia está gerando novos empregos. Assim, podemos com certeza ampliar o número de empregos, melhorar a condição de trabalho e ter um trabalhador mais satisfeito, mais animado para cumprir a sua tarefa e contribuir para o desenvolvimento do país. Esse é o grande desafio que se tem pela frente.

Também aproveitei para registrar no dia de hoje, dia da minha volta a esta Casa, que aproveitei a ausência para visitar vários municípios e priorizar o debate a respeito das questões ambientais.

Tivemos grandes mudanças no Código Florestal Brasileiro desde 11 de novembro de 2008, fazendo com que os agricultores familiares pudessem usar de forma sustentável o seu potencial ambiental na propriedade. E essa foi uma grande vitória.

A outra questão em que estamos tendo um avanço significativo é na criação do programa nacional de organização ambiental da agricultura familiar, pois propriedades de até quatro módulos fiscais terão uma mudança significativa na averbação das reservas legais, que é uma das preocupações dos agricultores. E possivelmente esse trabalho será gratuito. Estamos aguardando a publicação do decreto e vamos aproveitar essa viagem para ir também ao ministério do Meio Ambiente, em Brasília, para ver os encaminhamentos que estão sendo dados.

Amanhã vamos conversar com o relator do projeto do pagamento por serviços ambientais no Congresso Nacional e vamos também acompanhar de perto, a partir de agora, um projeto que está tramitando nesta Casa, que trata desse tema. De antemão entendemos que o projeto que trata do pagamento por serviços ambientais que está nesta Casa é muito genérico. Ele é resultado de uma regulamentação do Código Ambiental aprovado por esta Casa, mas é muito genérico, eis que ainda não regulamenta temas importantes como, por exemplo, quanto o agricultor vai receber por hectare de mata preservada.

Então, na nossa volta de Brasília, na quinta-feira, traremos aqui mais informações sobre esses temas, tanto sobre a redução da jornada de trabalho quanto sobre a questão ambiental.

Estou muito feliz com o presidente Lula, com o ministro Carlos Minc, com o ministro do Desenvolvimento Agrário e com o ministro da Agricultura por estarem compreendendo que o Brasil precisa de uma vez por todas ter uma legislação diferenciada para a grande propriedade, para o grande latifúndio e para a nossa agricultura familiar, a nossa pequena propriedade, que tem dificuldades de cumprir o que prevê o Código Florestal Brasileiro.

As medidas acertadas entre as organizações e os movimentos sociais do meio rural brasileiro referem-se a cerca de 22 artigos do Código Florestal Brasileiro e permitirão o uso sustentável da agricultura familiar. Inclusive, o que nos chama muito a atenção e que é importantíssimo para os agricultores familiares é a questão da agricultura familiar ser considerada área de interesse social.

Portanto, vamos ter uma mudança importante, eis que para as cidades já existe o Estatuto das Cidades, que considera como de interesse social os bairros, as populações que moram próximas dos rios, dos banhos. E no interior não poderia ser diferente e será reconhecida a atividade da agricultura familiar como área de interesse social, permitindo que os agricultores continuem na prática da avicultura e da suinocultura a menos de 30m da mata ciliar, como fala o Código Florestal Brasileiro.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Inscrito para falar o sr. deputado Edison Andriano, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de registrar, na tarde de hoje, o evento acontecido no último sábado em Balneário Camboriú, promovido pelo prefeito Edson Piriquito, ex-deputado estadual, que prestou uma homenagem ao grande timoneiro da redemocratização do Brasil, o presidente da Constituinte que nos levou à Constituição de 88, um dos homens mais ilustres que este país já teve, o nosso guardião, fundador do MDB, a figura ilustre, histórica e saudosa de Ulysses Guimarães. O evento político contou com a presença do governador Luiz Henrique da Silveira e do futuro governador Eduardo Pinho Moreira.

Quero aproveitar a oportunidade, srs. deputados, para, em nome desta Casa, da bancada do PMDB, prestar uma homenagem ao nosso prefeito pela lembrança de lá instalar o busto dessa figura querida de todos os brasileiros, que foi presidente da Câmara Federal, da Constituinte, do PMDB, do antigo MDB, o nosso companheiro Ulysses Guimarães.

Sr. presidente, nesta Casa Ulysses Guimarães teve a honra também de fazer um discurso durante a eleição de 1985, em que me elegei prefeito desta bela cidade de Florianópolis. E creio que a participação, a manifestação do presidente do PMDB à época, Ulysses Guimarães, deu uma contribuição substancial para que o PMDB assumisse a prefeitura dos catarinenses pela primeira vez.

Por isso, os meus cumprimentos ao grande prefeito Edson Piriquito pela homenagem a Ulysses Guimarães e também pela boa e grande administração que vem fazendo naquele município turístico de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Edison Andriano, quero também me associar às suas palavras com relação à homenagem feita pelo prefeito de Balneário Camboriú ao nosso grande líder, sempre líder, Ulysses Guimarães, uma figura muito importante para a redemocratização, talvez a mais importante do nosso país.

Por isso, cumprimento v.exa. e associo-me ao seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, o motivo maior que me faz ocupar a tribuna na tarde de hoje é me manifestar para que o PMDB tenha o seu candidato próprio à Presidência da República.

Falei em Ulysses Guimarães, que já foi candidato a presidente e que pagou um preço muito caro quando resolveu dar cinco anos de mandato para José Sarney, que substituiu Tancredino Neves.

O PMDB, que já foi bengala do governo Fernando Henrique, que hoje é bengala do governo Lula, o maior partido deste país, tem que ter o seu candidato à Presidência da República. E quero aproveitar a oportunidade para lançar, na tarde de hoje, na Assembleia Legislativa, a candidatura de uma figura histórica do MDB e do PMDB, governador por duas vezes, senador da República, deputado federal, primeiro prefeito eleito de Curitiba depois da ditadura. Estamos falando do governador do Paraná, Roberto Requião.

Acredito que Roberto Requião, sr. presidente, preenche todos os requisitos para administrar este país. E acho que o PMDB, partido que tem o maior número de senadores, o maior número de deputados federais, de prefeitos, de vereadores, não pode novamente ficar a reboque de outro partido, de outra proposta de governo.

Por isso, o PMDB estará realizando um encontro no dia 21 de novembro, deputado Moacir Sopelsa, e estaremos em Curitiba, juntamente com figuras como Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos e muitas outras lideranças do PMDB que defendem a candidatura própria, lançando o nosso candidato à Presidência da República. Tenho certeza de que com a sua experiência política, com a sua experiência administrativa, com o seu currículo, um homem de vida ilibada, bom de televisão, bem preparado intelectualmente, Roberto Requião haverá de conduzir o PMDB à Presidência da República.

Requião é um homem que tem luz própria e que não vai precisar do presidente Lula para andar de mãos dadas pelo Brasil afora. Claro que o atual presidente tem prestígio e está sendo um bom presidente da República, mas a sua candidata é uma desconhecida no Brasil, depende dele e ninguém sabe o que esperar dela futuramente. Quanto a Roberto Requião, é diferente; ele tem luz própria, tem currículo, tem história, tem experiência administrativa e tem do seu lado o maior partido deste país.

Quero aproveitar esta oportunidade para convidar todos os companheiros do PMDB para se fazerem presentes em Curitiba, no dia 21 de novembro, à noite, quando lançaremos, juntamente com vários prefeitos do PMDB, vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, o nosso candidato à Presidência da República: Roberto Requião, meu amigo particular.

Tenho certeza de que ele haverá de conduzir o processo eleitoral da maneira como ele sempre conduziu o governo do estado e a sua vida pública. Por isso, sr. presidente e srs.

deputados, daqui para frente começaremos a falar diferente. E não precisaremos perguntar quem o PMDB vai apoiar, se Dilma Rousseff ou José Serra. Se José Serra ou Aécio Neves. Não! O PMDB vai apoiar um candidato próprio à Presidência da República: Roberto Requião!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Edison Andriano.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, fico extremamente preocupado ao ver, deputado Ismael dos Santos, o que vimos aqui novamente com relação à insatisfação, à angústia que estão sentindo os servidores públicos de Santa Catarina e parece-me que o caldeirão está cada vez mais borbulhante.

Li na imprensa, no noticiário de hoje, que os oficiais da Polícia Militar se reuniram ontem e deram um prazo, parece-me que até o dia 27 de novembro, para que o governo lhes apresente uma proposta idêntica à que, dizem, será ofertada aos delegados de polícia. Naturalmente que os praças e as demais categorias da Segurança Pública e dos outros segmentos também se manifestarão, deputado.

Então, o que me assusta, o que me preocupa muito, deputado Romildo Titon, é que o governo agora está sendo pressionado de todos os lados, deputado José Natal, por falta de uma política salarial para cada setor. É aquilo que estamos alertando aqui desde que o atual governo começou a implementar essa política de abonos. Nós sabíamos que isso iria acontecer, que em determinado momento os servidores iriam começar a dar-se conta de que não tiveram nenhum ganho real, deputada Ana Paula Lima! Pelo contrário, tiveram a destruição dos planos de cargos e salários e uma política salarial sem nenhuma segurança.

A situação dos delegados não combina com um estado como o nosso, pois eles recebem o 27º pior salário, ou seja, o pior salário de delegado de polícia do Brasil. O estado que melhor paga é o do Amapá, deputado Silvio Dreveck. O estado do Piauí, que é um estado muito pobre comparado ao nosso, tem o 15º maior salário. O nosso é o 27º! E aí a situação do investigador, do escrivão, do escrevente também é a pior.

O nosso querido Roberto Salum, que bate muito nessa tecla e sempre na defesa da Segurança Pública em Santa Catarina, é um profissional da área, um grande jornalista e tem marcado sua atuação na mídia na defesa, no combate à criminalidade, na defesa das carreiras dos servidores. E nós temos conversado muito sobre esse assunto. O governo virou vítima das suas próprias promessas, deputado Silvio Dreveck. Como disse na semana passada, o governo está como gato ilhado no próprio novelo de lã: prometeu muito, nada fez e só gerou expectativa. O servidor está vendo que o governador está em contagem regressiva, deputado Sargento Amauri Soares, para picar a mula, e está começando a apertar.

Agora estão dizendo que deram uma solução para o salário dos delegados com os R\$ 2 mil de abono. Ora, isso não agrada ninguém, porque vai atender a demanda dos delegados na fase inicial da carreira. Dali para cima com as vantagens eles alcançarão o teto. Então, uma boa parte dos delegados será contemplada, deputado José Natal. E é mais um arranjo, é um abono temporário, ou seja, o

governador está transferindo mais esse problema para Leonel Pavan, porque está dizendo que em fevereiro vai resolver. Mas para fevereiro já há outra parcela daquela ninharia que foi dada para o Magistério do abono que foi incorporado em quatro suaves prestações de R\$ 25,00 cada uma. O governador Luiz Henrique pagou uma parcela e vai deixar as outras três para Leonel Pavan pagar.

Então, vejam a falência do governo que se avizinha! O governador vai embora, vai sair como bonzinho e continuar vendendo uma imagem de estadista caloteiro que enganou o servidor público, que não pagou para o professor de Santa Catarina o que disse que pagaria, que seria o mesmo salário do professor da cidade de Joinville; que não pagou aos policiais a Lei n. 254; que deixou o salário do delegado ir para a última posição do Brasil, e agora começa a haver até reações do oficialato da Polícia Militar. E a base não vai aceitar assim, deputado Sargento Amauri Soares, porque a base também está esperando há sete anos.

Nós vimos aqui a situação dramática dos servidores da Saúde, que não querem greve! É muito injusta e desonesta essa propaganda que o governo fez tentando jogar a sociedade contra o movimento. Eles estavam alertando há um, dois, três anos. A situação dos servidores de todas as demais secretarias também é dramática, mas mais dramática ainda é a situação daquele que não pode fazer greve, que não pode manifestar-se, daquele que não pode fazer movimento, que é o aposentado. Esse, depois de ter dado uma contribuição de 25, 30, 35, 40 anos, está numa situação de miserabilidade.

Nós entramos com uma Adin junto ao Supremo Tribunal Federal e aqui o Tribunal de Justiça já julgou o mandado de injunção proposto pela Adepol, no qual o governo foi condenado a encaminhar para esta Casa, em 60 dias, projeto para promover a revisão anual dos salários, ou seja, pagar a inflação para todos os servidores.

E estou com o pressentimento de que Luiz Henrique da Silveira vai picar a mula sem pagar essa conta também. Ele não irá honrar a lei. E o Supremo Tribunal Federal já tem parecer do advogado-geral da União a favor da nossa Adin, mandando revisar os salários. Então, o que estamos vendo, deputado Silvio Dreveck, é uma insatisfação generalizada.

Srs. deputados, outra demonstração disso tivemos lá no sul, em Jaguaruna, por conta da inauguração da lenta, da demorada, da lendária estrada do Camacho, que levou quase sete anos para ser concluída e que, justiça seja feita, só aconteceu graças à intervenção permanente do deputado Genésio Goulart. Quero aqui fazer justiça ao meu colega, ao nosso colega deputado Genésio Goulart, que foi o grande responsável por aquela obra.

Na verdade, o governo deu um grande cansaço na população durante seis anos e o governador Luiz Henrique da Silveira disse que quando inaugurasse o trecho Jaguaruna/Camacho entregaria a ordem de serviço do trecho Camacho/Laguna. E não entregou. A população foi lá, ficou perguntando debaixo do palanque: vai cumprir a promessa ou não vai? O governador se irritou, tem a pele fina, não aceita proposição, não aceita crítica, desceu do palanque e foi para o enfrentamento com os manifestantes. E esse evento nós, lá do sul, apelidamos de a "outubrada" do Luiz Henrique da Silveira, pois tivemos a "novembrada" do João Figueiredo, que foi no dia 30 de novembro de 1979, e aqui no Camacho foi no dia 30 de outubro de 2009 a "outubrada" do nosso governador.

E aí eu começo a lembrar que só quem serviu ao Dops pode agir assim. Nós não podemos esquecer isto, deputado Sargento Amauri Soares: Luiz Henrique da Silveira foi funcionário do Dops de 16 de junho de 1958 até março de 1966. Eu coloco novamente a ficha dele à disposição de todos: ele era o servidor escalado em todas as sindicâncias, deputada Ana Paula Lima, para ferrar os colegas e aprendeu muito nos porões da ditadura. E é por isso que quer mandar na Assembleia Legislativa e trata os srs. deputados deste jeito, submetendo os parlamentares da própria base à permanente explicação por terem assinado ou desassinado a instalação da CPI. É como desfrutar um ovo. É difícil desfrutar um ovo!

Eu imagino a dificuldade dos colegas, mas isso demonstra o quanto o governo é fraco, pois tem medo da investigação, sabe que há coisas a esconder e por isso não permite, antidemocraticamente, brutalmente, que esta Assembleia Legislativa cumpra o seu papel. É profundamente lamentável o que estamos vivendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, caros colegas deputados, comunidade que nos prestigia pela TVAL e pela Rádio Alesco Digital, hoje está sendo um dia tumultuado, pois estamos recebendo nesta Casa os servidores da área da saúde, principalmente os auxiliares e técnicos de enfermagem que fazem um belíssimo trabalho de atendimento à nossa população. E o nosso papel como parlamentares é abrir o diálogo com o governo para que as negociações possam ser efetuadas sem prejuízo para a comunidade e muito menos para esses exemplares trabalhadores.

Mas diante de tantos assuntos, o meu pronunciamento será sobre um assunto maravilhoso para a comunidade do vale do Itajaí, pois vou tratar de uma ação afirmativa do governo federal, que aconteceu ontem, na cidade de Blumenau, cujo trabalho acompanhamos até o final.

(Passa a ler.)

"Venho a esta tribuna hoje para registrar a presença da senadora Ideli Salvatti ontem, segunda-feira, em Blumenau, onde cumpriu extensa agenda com lideranças empresariais, sindicais e comunitárias."

Não acompanhamos as atividades no período da manhã porque estávamos numa audiência pública aqui na Assembleia Legislativa discutindo um projeto de lei que está tramitando no Senado, que trata da regulamentação da profissão do médico, da regulamentação do ato médico, com o qual tínhamos algumas divergências. Mas vou me ater a esse tema nos próximos dias.

(Continua lendo.)

"Mas a mais importante atividade, sem dúvida, foi a conferência promovida pela comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal para discutir a proposta de criar uma universidade federal na região de Blumenau, preenchendo uma lacuna histórica na oferta de ensino superior gratuito e de qualidade no vale do Itajaí.

A senadora Ideli Salvatti, que é professora, sempre uma guerreira nas causas da educação, ontem mesmo se comprometeu mais uma vez a dar parecer favorável ao Projeto de Lei n. 0295/2005, do qual é relatora, que autoriza a instalação de universidade federal em Blumenau, deliberação

que ela fez questão de consolidar no dia de ontem, somente depois de ouvir, srs. parlamentares, o clamor da comunidade local durante a conferência. E mais, vai sugerir, em seu parecer, a mudança do nome da universidade para Universidade Federal do Vale do Itajaí, conforme sugestão feita durante o seminário da comissão do Senado, regionalizando, assim, o projeto da universidade federal.

Realmente o tema é apaixonante, tanto que o plenário da Câmara de Vereadores de Blumenau, onde foi realizada a conferência, foi tomado por alunos, por professores, por servidores e pela comunidade local que há anos lutam pela federalização da Furb. Estiveram presentes, além da senadora que coordenou os trabalhos, representantes do ministério da Educação, do Comitê Pró-Federalização da Furb, a Universidade Federal de Santa Catarina, representada pelo seu reitor Alvaro Prata, e o representante dos funcionários do Instituto Federal de Educação e Tecnologia Catarinense, através do magnífico reitor Cláudio Keller e o reitor da nossa universidade, Eduardo Deschamps.

As três instituições desde o ano passado estão trabalhando juntas para elaborar um projeto de federalização da Furb, que hoje é de caráter público municipal, mas depende quase que exclusivamente da cobrança da mensalidade para a sua manutenção."

Aliás, deputado Ismael dos Santos, a Furb há 45 anos foi constituída em Blumenau graças aos trabalhadores daquela cidade, que sentiram necessidade de ter ensino superior na cidade, a fim de se qualificar e também de oportunizar que seus filhos frequentassem uma universidade. Então, ela foi criada pela nossa comunidade, que mais uma vez vem lutando pelo ensino superior em nossa região.

Quero dizer aqui, de público, que a mensalidade paga pelos alunos é caríssima. Vejam bem, um estudante de Medicina me falava ontem que desembolsa quase R\$ 2 mil por mês. É muito dinheiro, às vezes, para um pai de família poder oportunizar uma formação para seus filhos. Os demais cursos também são muito caros.

(Continua lendo.)

"Para elaboração desse projeto, o deputado federal Décio Lima destinou, inclusive, emenda individual no valor de R\$ 100 mil que deve ser empenhada ainda em novembro. Há uma emenda no mesmo valor destinada pelo deputado Cláudio Vignatti, companheiro do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal.

A Furb e o Instituto Federal de Educação de Santa Catarina também têm como tarefa imediata, deliberada durante a conferência, a instalação, em 2010, do primeiro laboratório na área de física, uma parceria das duas instituições que é um projeto piloto para uma proposta alternativa da instalação de uma universidade federal em Blumenau.

A implantação de uma universidade pública e gratuita no médio vale do Itajaí - e sempre que posso, falo isso - é uma dívida histórica que os governos, tanto estadual quanto federal, têm com esta região. Vários presidentes passaram, mas é uma dívida histórica do estado."

Vejam bem, srs. parlamentares, população catarinense, a região do vale do Itajaí, principalmente do médio vale do Itajaí, não possui nenhuma universidade pública e gratuita. Na área da saúde, deputado Ismael dos Santos, nós não temos nenhum hospital público, a exemplo das demais regiões. Por isso, nós, da região do médio vale do Itajaí,

acreditamos e temos certeza de que merecemos respeito tanto do governo do estado, quanto do governo federal. A federalização da Furb é um anseio de longa data da população da nossa região.

Precisamos agilizar esse processo: há boa intenção, como já foi falado, do ministro da Educação, Fernando Haddad. Há também boa intenção do governo federal, e nunca se fez tantas universidades federais e tantos institutos tecnológicos como neste governo. Só o governo do presidente Lula já fez 12 universidades federais em nosso país, inclusive, uma no estado de Santa Catarina, na região oeste e esperamos que a próxima seja a nossa Furb, para podermos oportunizar a muitos alunos não só de Blumenau, mas de toda a região do vale do Itajaí e também de fora o ensino público gratuito e de excelente qualidade, a exemplo do que é oferecido pela nossa Universidade Federal de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e dizer que nós nos somamos a esse apelo de fazer uma universidade pública para a região do vale do Itajaí. Nascido na cidade de Imbuia, sei como será importante uma universidade pública federal no vale do Itajaí.

Parabenizamos v.exa. pelo pronunciamento e estamos juntos nesse esforço para ver se alcançamos essa conquista muito em breve.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Essa é uma luta de toda a comunidade, é uma luta dos alunos e de toda a população que há muito tempo vem sonhando e nunca esteve tão próxima de ver seu sonho realizado.

Mas afirmo mais uma vez que precisamos agilizar a viabilização desse projeto para tornar a Furb uma universidade federal. E isso depende de uma equipe técnica que foi constituída na tarde de ontem e que possibilitará a realização desse sonho tão desejado pela nossa comunidade.

Muito obrigada, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quero cumprimentar os nossos ouvintes da Rádio AleSC Digital, os nossos telespectadores da TVAL e dizer que de fato, deputada Ana Paula Lima, também ficamos satisfeitos com a presença dos emissários do MEC no vale do Itajaí ontem. Tivemos a oportunidade de participar, pelo menos em parte, da audiência pública, da conferência da comissão de Educação do Senado Federal, que estava discutindo o Projeto de Lei n. 0295/2005, que busca federalizar a nossa Furb ou pelo menos criar um espaço de universidade gratuita no vale do Itajaí.

É claro que entendemos que seria muito mais prático otimizar, deputado Sargento Amauri Soares, o espaço da Furb. Ele está pronto, não há por que o governo federal adquira um terreno. É um processo, claro, complexo, mas é possível adequar a questão dos servidores da nossa Furb a um sistema em nível federal. E nós teríamos de forma imediata, pelo menos, o acesso de mais dez

mil estudantes do vale do Itajaí a um ensino público, gratuito e de qualidade.

Recebemos, inclusive, no início desta tarde, no nosso gabinete, a visita do magnífico reitor Eduardo Dechamps, que reforçou a sua esperança nesse projeto de lei que vem desaguar na federalização da Universidade Regional de Blumenau, a Furb, transformando-a numa universidade federal.

Também tivemos a oportunidade de receber, no gabinete, a visita do reitor da Unidavi, do pró-reitor da Univall, para discutirmos a questão do projeto de lei, deputado José Natal, que está tramitando nesta Casa, que trata da questão da famosa bolsa de estudo, a Lei Jorginho Mello, que, em certo sentido, é uma dor de cabeça para todos nós, deputados, pois teremos que a trazer ao debate, a fim de tratarmos da mudança ou não dos percentuais de 90% para 10%, da pulverização dessa distribuição para todas as faculdades, inclusive as privadas, ou apenas mantermos essa possibilidade de bolsa de estudo, pelo menos 90%, para as universidades comunitárias. Mas no momento certo faremos esse debate, com certeza, de forma responsável.

Participamos, srs. deputados, de duas audiências públicas que eu gostaria de registrar nesta tarde. Uma delas foi na comissão de Agricultura e Meio Ambiente, da qual faço parte nesta Casa, que trata do Projeto Microbacias III, intitulado Santa Catarina Rural, projeto esse que vai atender mais de 120 mil famílias no estado de Santa Catarina.

Eu disse, na oportunidade, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que já foi secretário da Agricultura e que estava presente também naquela audiência, que vejo o Projeto Microbacias III ou Santa Catarina Rural como uma espécie de ferrovia. Eu uso uma metáfora para dizer que temos os trilhos, ou seja, a nossa terra fértil, essa topografia abençoada por Deus; temos, da mesma forma, a locomotiva, que são os nossos pequenos agricultores que transformam a riqueza do nosso estado, fazendo chegar às mesas de todos os catarinenses, de todos os brasileiros e até no exterior os nossos produtos. Como disse, são mais de 120 mil pequenos agricultores no estado de Santa Catarina, e para concretizarmos o sucesso dessa ferrovia, dessa locomotiva da agricultura, precisamos, sem dúvida alguma, de combustível. E o combustível são os recursos financeiros. E é disso que trata o Microbacias III, que busca uma parceria de financiamento internacional de US\$ 180 milhões, que poderão ser injetados na nossa economia, pulverizados nas diferentes regiões do nosso estado, trazendo assim prosperidade para a nossa bela e Santa Catarina.

Preciso registrar também que participamos de outra audiência pública que tratou do combate às drogas. E tentando fazer uma radiografia das drogas no estado de Santa Catarina, nós recebemos uma informação naquele momento da audiência pública, deputado José Natal, de que temos 800 leitos apenas para a saúde mental, sendo 400 leitos, ou seja, 50%, dedicados a dependentes químicos. Há, sem dúvida alguma, necessidade de colocarmos já no Orçamento verbas específicas para uma clínica pública destinada a dependentes químicos, além de assegurarmos recursos para as nossas entidades que quase no anonimato fazem o trabalho de reabilitação de adictos em todo o nosso estado.

Por último, sr. presidente e srs. deputados, preciso também registrar a manchete do *Jornal de Santa Catarina*, uma

manchete nada positiva, mas que nos leva à reflexão: "1.000 mortes! Em dez anos a violência do trânsito na BR-470 matou mais que as tragédias climáticas, o crime e a AIDS no vale do Itajaí."

A BR-470 foi projetada para dez mil veículos/dia, mas hoje transitam diariamente algo em torno de 25 mil veículos naquela rodovia que é responsável pelo escoamento de 40% de toda a riqueza do estado de Santa Catarina, sobretudo a riqueza que vem do oeste catarinense para o porto de Itajaí, para o porto de São Francisco do Sul, para o porto de Itapoá e para o Portonave, em Navegantes.

O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, lançou o edital para a duplicação pelo menos de uma etapa, ou seja, os 74 km entre Navegantes e Indaial. E nós estamos aguardando que isso de fato aconteça, inclusive a promessa de conclusão para 2010, o que acho bastante distante, mas que pelo menos o projeto seja aprovado. Estamos aguardando também a conclusão do estudo de impacto ambiental, para que o Ibama libere a licença ambiental para a execução da obra que já estava prevista para agosto e que finalmente foi transferida para o mês de novembro. Estamos iniciando o mês de novembro e continuamos aguardando a liberação, por parte do Ibama, desse estudo de impacto ambiental, a fim de que possamos efetivamente ter a execução do projeto, da obra com o edital lançado há mais de um ano, pelo menos, até Indaial, e é claro que depois precisaremos avançar até o cruzamento das BRs 116 e 470.

Cabe a nós, parlamentares de Santa Catarina, o intransferível direito de pressionar, sobretudo, o poder público federal, responsável pela BR-470, uma questão moral, social e também econômica para todos nós, catarinenses.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, nós estamos, a partir de hoje, contando os dias até chegar o dia 7 de dezembro, ocasião em que ocorrerá, em Copenhague, o maior encontro mundial para a redução de dióxido de carbono, com vistas ao combate ao aquecimento global.

Há um movimento chamado Acorda, Chegou a Hora de Salvar o Nosso Futuro, no qual a sua assinatura, catarinense, faz muita diferença, pois é um movimento da cidadania.

(Passa a ler.)

"De 7 a 18 de dezembro de 2009, lideranças de todo o planeta estarão reunidas em Copenhague para firmar acordos mundiais sobre a grave ameaça das mudanças climáticas.

É inquestionável que esse problema já esteja em curso com efeitos dramáticos e potencialmente catastróficos para todos nós. Mas ainda é tempo de evitar o pior, porém é preciso agir imediatamente. A transição é para uma economia de baixo carbono para trazer grandes benefícios, mas isso depende de como agirmos agora.

O Brasil tem um papel fundamental nessa luta já que é um líder nas negociações internacionais, mas também é um dos maiores emissores mundiais de gás de efeito estufa. Devido às suas queimadas, o Brasil é hoje o quarto ou quinto principal poluidor. Sua

postura ainda é tímida quando se trata de assumir decisões firmes, ousadas, para sanar o problema. Falha ao não dar o exemplo, colocando em prática no país todo o discurso que apresenta no exterior.

Por isso nós, através de abaixo-assinado, reivindicamos que além de implementar as necessárias políticas nacionais, as autoridades brasileiras assumam já o compromisso de defender ativamente o plano internacional em direção ao avanço para um acordo climático global que possa, no mínimo, garantir que o aquecimento global fique bem abaixo dos 2°C em relação à média histórica, estabelecendo metas e mecanismos para que antes de 2020 comecem a decrescer as emissões globais dos gases do efeito estufa.

É preciso reduzir a emissão dos países desenvolvidos em pelo menos 45% até 2020, diante dos níveis de 1990, que são 350 partes por milhões.

É preciso estabelecer objetivos mensuráveis, verificáveis, reportáveis, para a redução substancial da emissão dos gases nos países em desenvolvimento, emergentes em rápido crescimento econômico, viabilizados por medidas apropriadas a casa país.

É necessário apresentar medidas concretas de mecanismos, compromissos e aportes financeiros para apoiar um país em desenvolvimento a estabilizar e posteriormente reduzir a emissão e sua adaptação às mudanças climáticas.

É imprescindível criar o mecanismo do RED, que é a Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal, justo e aplicável em curto prazo, e promover a sustentabilidade, a dignidade, o desenvolvimento humano e a integridade dos processos ecológicos mediante a transformação da economia e o fortalecimento da democracia. Portanto, uma economia mais solidária."

Esse abaixo-assinado está em todo mundo. Nós estamos lançando essa campanha que irá até o dia 7 de dezembro, e para isso temos uma música mundial que gostaríamos de mostrar agora, através da TVAL, como forma de conscientização.

Eu pediria aos nossos técnicos que assim o fizessem e que todos prestassem atenção a esse clipe original que é conhecido mundialmente.

(Procede-se à exibição do clipe.)

Essa música foi composta por Peter Garrett, ministro do Meio Ambiente da Austrália, com quem estive em Bali, que abriu mão dos direitos autorais. Ela é interpretada por vários artistas, mas o ritmo é mantido e tocado pela banda australiana *Midnight Oil*.

Então, essa música lança o Movimento Global Tic Tac, que faz referência ao relógio, ao tempo que está passando. E nós, com esse abaixo-assinado, vamos movimentar e, se Deus quiser, estaremos presentes, mais uma vez, a esse encontro promovido pelas Nações Unidas e também em Copenhague para colocar o nosso posicionamento.

Portanto, sr. presidente, fica lançado esse movimento e esperamos a participação de todos nesse abaixo-assinado que é importante para a conscientização e vai contar muito em Copenhague, uma vez que espero que o Brasil tenha meta, tenha proposta. Lá estarão os maiores líderes mundiais e será, sem sombra de dúvida, muito mais importante do que o Protocolo de Kyoto; será o encontro mais importante do mundo porque implicará na qualidade de vida, na ciência, na tecnologia, na questão do meio ambiente, em novas tecnologias, em geração de emprego.

O nosso país deverá ter proposta, sim, porque estará ajudando a salvar o mundo

do aquecimento global preservando o seu meio ambiente. O Brasil pode ser o maior colaborador, basta adotar uma política firme. E esperamos que isso aconteça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Professor Grandó.

Inscrito para falar o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, falei anteriormente que estive hoje pela manhã na cidade de Laguna. Não fui ao Farol nem ao Camacho, embora o povo de lá continue mandando lembranças para a capital. Fui ao velório da d. Elizabete Fortunato, esposa do sargento Saul. Ele também está no Conselho de Disciplina e passou os últimos meses ao lado da esposa. Só saía para dar alguns depoimentos nos processos da inquirição. No mais passou ao lado da sua companheira, a d. Elizabete, que esteve conosco tantas vezes, aqui na capital, lutando pela Lei n. 254, pelos direitos dos praças. Infelizmente, ela morreu aflita porque o marido está no Conselho de Disciplina, deixou de ser promovido a subtenente por conta disso, por uma decisão arbitrária, porque não há legislação que diga isso! Pelo contrário, o princípio do direito diz o oposto, que ninguém pode ser condenado antes do trânsito em julgado da sentença. Mas todos os companheiros que estão no Conselho de Disciplina, inclusive o sargento Saul, foram excluídos de cursos e tiveram negado o direito à promoção. Alguns mal iniciaram e já estão sendo condenados.

Quanto à greve da Saúde, é preciso que o Ministério Público e o Poder Judiciário verifiquem tudo de perto. Seria interessante que fossem até um hospital, porque a greve é muito organizada e o comando de greve tem planejado justamente o atendimento dos casos de urgência e de emergência. Mas está-se criando um factóide no sentido de criminalizar a greve. Está-se provocando os trabalhadores, mas eles estão-se mantendo pacientes como estiveram na tarde de hoje, lotando este plenário, as galerias, o *hall* da Assembleia Legislativa, para dizer de forma muito calma e racional que querem simplesmente os seus direitos.

Dizer que servidor público gosta de greve é uma injustiça. No caso deles, especificamente, faz 13 anos que aconteceu a última greve, em 1996. E aí dizer que gostam de greve, que fizeram porque quiseram, que a greve é política, porque aquela fulana, presidente do sindicato, é esposa de um fulano deputado, que não gosta do governador, é uma injustiça. Foi o que disseram. Mas a categoria veio aqui de forma livre e soberana dizer o que pensa.

A presidente do sindicato está fora do movimento, está afastada, inclusive, da diretoria para tratamento de saúde. É preciso que as autoridades coloquem a mão na consciência também e vejam que é muito fácil resolver essa greve.

O governo quer dar um abono. Aliás, como gosta de abonos! Metade do salário dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros é abono. Talvez tenhamos cometido o erro de aceitar tanto abono e não brigar por um incremento salarial efetivo, por reposição. Metade do nosso salário é abono. E aí não vale sobre todas as outras vantagens, inclusive não vale sobre a hora extra; no caso da Saúde, não vale sobre a hora plantão. Mas o governo quer continuar com essa política.

A categoria diz que quer apenas uma data para que esse abono seja incorporado. Apenas isso. Quer discutir a aposentadoria especial, inclusive de imediato, porque não custa nenhum centavo para o governo de imediato. Nenhum centavo.

Fizemos uma proposta de emenda constitucional aqui para a implantação da aposentadoria especial para os trabalhadores da Saúde, mas perdemos por um voto. E as questões com as quais o governo se havia comprometido encaminhar e discutir há quatro anos, quando queria reeleger-se? Retroagir. Agora não se dialoga mais, não se fala mais sobre essas questões.

Quanto à questão da CPI, por que assinei? Eu assinei porque é preciso que se analise as dificuldades históricas e estruturais da Segurança Pública em Santa Catarina. Não assinei nenhuma CPI da tortura. Assinei uma CPI, inclusive, para investigar as denúncias graves divulgadas pelos meios de comunicação nas últimas semanas, dizendo que há esquema de transferência de preso até para facilitar o tráfico de drogas no sistema prisional catarinense. E isso é gravíssimo! Isso foi publicado pelos jornalistas mais reconhecidos em Santa Catarina. Por acaso existe um comércio de transferência no sistema prisional? Essas e outras coisas era o que se pretendia, no meu ponto de vista, discutir nessa CPI. Portanto, coloquei a minha assinatura, e está colocada.

Existem várias outras questões, como os problemas de gestão, e muitas delas acredito que as autoridades do estado não têm responsabilidade, embora deveriam. Deveriam ir lá investigar, ver como acontece, ver como é o procedimento histórico, inclusive para mudar as dinâmicas, para melhorar a Segurança Pública, porque senão aquilo que temos dito há 15 anos ou mais vai continuar acontecendo, e a segurança vai continuar piorando em Santa Catarina.

Em vez de debater é preciso ver qual a questão e tomar definições políticas no sentido da resolução dos problemas, do melhoramento das dificuldades. É necessário dar uma explicação, resolver, talvez punir a linha de frente, um ou dois. E a responsabilidade das instituições? E a responsabilidade dos governos? A responsabilidade das leis? Ficam sem nenhuma discussão?

Existe necessidade de discutir as questões salariais, os distúrbios salariais da Segurança Pública em Santa Catarina, sim, porque são distúrbios. O governo vai-se arrependendo muito ainda por não ter pago a Lei n. 254, uma lei de política salarial para todos os servidores da Segurança Pública do estado.

Quando mataram a Lei n. 254, o governador Luiz Henrique da Silveira, além de não cumprir o seu compromisso e de várias outras autoridades do governo, mandou o comandante punir exemplarmente, e ele está fazendo tanto ou mais do que pediu o governador.

Agora mataram a Lei n. 254 e está uma guerra na cúpula, justamente com aqueles que estão lá para punir o soldado, o cabo, o sargento, o subtenente. Estão guerreando porque querem um salário melhor. Os delegados fazem um movimento, os oficiais fazem um movimento, uns querem R\$ 2.000,00, outros querem R\$ 5.000,00.

E aqueles acordos que todos eles assinaram, dizendo que o menor salário seria ¼ do maior salário? Sim, porque se os delegados vão ganhar R\$ 2.000,00 de abono e os oficiais também querem, o soldado tem que ganhar R\$ 500,00, soldado de um ano de serviço. Ou vai ficar assim mesmo?

O comandante-geral, que bate no peito para dizer que foi praça, que anda pelo

estado afora fazendo discurso dentro dos quartéis, dizendo que é o maior injustiçado, vai lá pedir os R\$ 2.000,00 de abono na sombra dos delegados e esquece-se de pedir R\$ 500,00 para o soldado? São perguntas que ficam para eles responderem, para as autoridades responderem, para o governador Luiz Henrique responder.

Essa é a política salarial para a Segurança Pública. Vão deixar o soldado com aqueles R\$ 76,00 aprovados aqui no dia 16 de julho, uma gratificação sem vergonha, sequinha, que não incide sobre nada - são R\$ 76,00 para o soldado com 20 anos de serviço - e vão ficar lá fazendo assembleia, mobilização, ameaças contra o governo, porque querem mais R\$ 2.000,00, porque querem que o teto vá para R\$ 15.000,00. E ainda querem ter moral para comandar e para dizer quem pode e quem não pode reivindicar?

Os oficiais dizem que vão fazer outra assembleia, porque abandonaram o estado para estar aqui, na capital, às 19h, então vão fazer outra no dia 27. E a Aprasc realizará assembleia ordinária no dia 28.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, os meus cumprimentos especiais ao vice-prefeito de Jaraguá do Sul, Irineu Pasold, bem como à prefeita Cecília Konell, que acompanham os trabalhos desta Casa na tarde de hoje. Quero cumprimentar também a secretária de Desenvolvimento Regional de Brusque, Sandra Regina Eccel, que tem sido muito eficiente nos trabalhos administrativos e políticos do governo do estado.

A SDR de Brusque está publicando hoje o aviso da licitação da pavimentação do segmento da SC-486 entre o centro de Brusque e o bairro Dom Joaquim, que interliga, então, o asfalto da SC-486, que vem de Itajaí a Brusque. O trecho dentro da cidade de Brusque é de paralelepípedos e por muito tempo a comunidade, especialmente de Dom Joaquim, Botuverá, Vidal Ramos, aqueles que mais fazem uso daquele trecho, pedem a pavimentação asfáltica de um trecho de aproximadamente seis ou sete quilômetros.

O governo do estado esteve lá, especialmente no bairro Dom Joaquim, e comprometeu-se com a comunidade, juntamente com este deputado, com o deputado Dagomar Carneiro, com o então prefeito Ciro Roza, dispendo-se a colocar recursos do estado para fazer aquela pavimentação. E hoje está sendo lançado o processo de licitação. Amanhã, quarta-feira, entra no Tribunal de Contas. E até o dia 4 ou 5 de dezembro serão abertas as propostas daqueles que pretendem executar a obra conforme o projeto do Deinfra, de aproximadamente R\$ 4,5 milhões.

Em meados de dezembro, imaginamos que no dia 17 ou 18, o governo Luiz Henrique da Silveira/Leonel Pavan estará dando a ordem de serviço e fazendo o primeiro pagamento para, enfim, iniciar essa obra tão esperada.

Os meus parabéns, mais uma vez, ao nosso governador Luiz Henrique, ao vice Leonel Pavan, enfim, a toda a estrutura do governo, que vêm atender essa reivindicação da comunidade do bairro Dom Joaquim, de Brusque, atendendo também a comunidade de Botuverá.

A secretária Sandra Regina Eccel tem sido muito persistente no sentido de não perder prazos e conseguir dar encaminhamento a todos os pedidos referentes aos municípios que pertencem à sua SDR: Botuverá, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, Canelinha, São João Batista e Tijucas.

Em segundo lugar, sr. presidente, preciso abordar um assunto que, de certa maneira, atinge todos nós. Fiz aqui um pedido, uma indicação, à Comissão Intergestora Bipartite da secretaria estadual da Saúde, no sentido de estadualizar a fila e o encaminhamento das cirurgias eletivas. São aquelas cirurgias de hérnia, fimose, diversas cirurgias eletivas que por serem eletivas acabam ficando para trás e dificilmente são atendidas.

Na ocasião, pedi e recebi o apoio de todos os parlamentares, para que a Comissão Intergestora Bipartite estadualizasse a fila, porque esse mutirão é executado em regiões. E para um cidadão ser atendido em algum hospital conveniado, ele precisa ter o aval do secretário de onde está o hospital que vai atender.

No nosso entendimento trata-se de um limitador, porque é difícil para a população achar um médico que possa atendê-la e operá-la. E muito mais difícil é falar com o secretário da cidade. Mais terrível ainda para o paciente de outro município é depender do aval do secretário de outra cidade, que geralmente é uma cidade maior, e para fazer esse contato é muito difícil.

Estamos com greve na Saúde. É bom entender que a saúde é um direito de todos e uma obrigação do estado. É um direito porque todos pagam impostos. Cada vez que vamos comprar alguma coisa, estamos pagando, pelo menos, de 35% a 40% de imposto. E esse imposto é, sim, também para pagar a Saúde.

Então, quando a Saúde não funciona, temos que reclamar para o prefeito, como reclamamos quando existe um buraco na rua; temos que reclamar para o governo do estado, para o governo federal, da mesma maneira como reclamamos quando a estrada não está boa ou algum serviço público não está bom.

Então, a saúde é sim o principal. Os três responsáveis pela Saúde são o prefeito, o governador e o presidente da República, que delegam aos secretários fazerem isso.

Cada município tem um número de AIHs. E a CIB dos municípios faz uma pactuação e regionaliza os atendimentos.

Assim, alguém de Nova Trento só pode ser atendido em Nova Trento ou em Florianópolis, não pode ser atendido em Brusque, em Blumenau ou em Joinville, mesmo que em Blumenau ou em Brusque exista um médico que vá atendê-lo. Por quê? Porque a pactuação de Nova Trento foi feita em Florianópolis. De igual maneira, São João Batista pactuou com Florianópolis, Tijucas pactuou com Florianópolis, Brusque pactuou com Florianópolis.

Como disse, cada cidade tem um número determinado de AIHs para atender os seus pacientes de acordo com a sua população. Cada cidade recebe do governo federal uma verba para fazer o atendimento básico, o atendimento nos postos de saúde, o atendimento na cidade e o atendimento referência para ser encaminhado para algum lugar.

Então, a Comissão Intergestora Bipartite fez uma pactuação, no sentido de que aquele que não puder ser atendido no município de origem seja atendido em Florianópolis. E agora, com a greve, para onde vão os pacientes de Nova Trento, de Major Gercino, de Major Vieira, de Canelinha, de Tijucas, de Brusque, de Guabiruba, de Botuverá, aqueles que estão pactuados com Florianópolis? Para onde irão e a quem procurarão, pois geralmente precisam de atendimento de urgência.

Por isso, sr. presidente, estou fazendo uma indicação à secretaria estadual da Saúde, e sei que o deputado Dado Cherem está ávido por essa proposta da Comissão Intergestora Bipartite, para que nesse período de greve e por no mínimo 30 dias fiquem os municípios livres para procurar os serviços dos hospitais conveniados, independentemente da pactuação prévia ou não. A intenção original da pactuação era garantir o atendimento, mas agora, durante a greve, essa organização na verdade em vez de facilitar ao paciente está atrapalhando.

Por isso, peço a indicação...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica que, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, está destinada à Ordem do Dia da sessão ordinária do dia 11 de novembro de 2009 a seguinte matéria: discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0035/2009.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, especial, para hoje, às 19h em homenagem ao X Prêmio Adjori de Jornalismo.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 336, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **VILSON JOSE FLORIANO**, matrícula nº 2159, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 09 de novembro de 2009 (Deputado Pedro Baldissera).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 337, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **ALESIO DOS PASSOS SANTOS**, matrícula nº 0460, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 09 de novembro de 2009 (Deputado Pedro Baldissera).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 338, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a servidora **MARTHA F. GONZAGA CURIAL**, matrícula nº 1409, da função de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 09 de novembro de 2009 (Comissão de Pesca e Aquicultura).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 339, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **VILSON JOSE FLORIANO**, matrícula nº 2159, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 09 de novembro de 2009 (Comissão de Pesca e Agricultura).

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 340, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

ADITAR ao Ato da Mesa nº 301, de 7 de outubro de 2009, que constituiu Comissão Especial para participar da abertura e julgamento da Concorrência Pública nº 001/2009, o seguinte:

Aos servidores membros da Comissão fica atribuída Função de Confiança, código PL/FC-3, salvo os casos previstos em normas, aplicando ainda, quando couber, o disposto no art. 19 da Resolução nº 002/06.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 341, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1688/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional n.º 41/2003*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **MIRIAM ALICE DE ATHAIDE FURTADO KRIEGER**, matrícula n.º 1363, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-65, a contar de 03 de agosto de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 342, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0855/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR à servidora **LUCILA DEMENECK ANTUNES**, matrícula nº 1891, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-46, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 12 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 343, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2031/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º, da Emenda Constitucional n.º 41/2003.*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **MARIA DA GRAÇA CARDOSO**, matrícula n.º 1529, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, a contar de 07 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 344, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1771/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 1º, § 19, da Emenda Constitucional nº 41/2003*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **LENITA WENDHAUSEN CAVALLAZZI**, matrícula n.º 0606, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-61, a contar de 27 de abril de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 345, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2002/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional n.º 41/2003*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **INES AMORIM DA MOTA**, matrícula nº 0726, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-62, a contar de 06 de março de 2008.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 346, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1054/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR a servidora **SIBELLI D'AGOSTINI**, matrícula nº 4344, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 14 de setembro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 347, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
EDISON KNAPP	1686	1959/09	Especialização	15/10/09
MARCELO HENRIQUE BELLO	2167	1997/09	Especialização	20/10/09

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 348, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Angelino Savio Quartiero	1376	1981/09	Especialização	19/10/09
Vicente Cravo Di Pietro	1274	1985/09	Especialização	19/10/09

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 349, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1884/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR à servidora **IVELISE SELL**, matrícula nº 1460, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 05 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 350, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 1887/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR à servidora **RITA DE CASSIA SILVA DA LUZ**, matrícula nº 1303, ocupante do cargo de Agente Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Fundamental, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/AGL-33, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 05 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 351, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1919/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR a servidora **IRACEMA VERGINIA MARTINS**, matrícula nº 1463, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 07 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 352, de 13 de novembro de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1937/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

ATRIBUIR ao servidor **ALEXANDRE ALDO CIPRIANI**, matrícula nº 1552, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com efeitos a contar de 09/10/2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2009

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS COM ENTREGA MENSAL PROGRAMADA (CAFÉ, AÇÚCAR, LEITE E ÁGUA MINERAL).**

DATA: 25/11/2009 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 25 de novembro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº

032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 12 de novembro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2009

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ALESC (GASOLINA E ÁLCOOL COMUM).**

DATA: 26/11/2009 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 26 de novembro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº

032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).
Florianópolis, 12 de novembro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2009

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE SOFTWARE E HARDWARE (APPLIANCE) DE SEGURANÇA DE WEB, CONFIGURAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO REMOTO ON SITE E TREINAMENTO AOS SERVIDORES DA ALESC.

DATA: 30/11/2009 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 30 de novembro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).
Florianópolis, 12 de novembro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

AVISOS DE PREGÃO

Referência: Pregão Presencial nº 037/09, realizado no dia 13/10/2009.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SOM INSTALADOS NOS EDIFÍCIOS DO PALÁCIO BAARRIGA-VERDE, INCLUÍDOS PLANTÃO TÉCNICO E A SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS OU DE EQUIPAMENTOS.

Assunto: Recurso Administrativo.

Recorrente: Espíndola Comércio e Instalação de Produtos Eletrônicos Ltda.

Recorrido: Atos do Pregoeiro e Equipe de Apoio

Contra-razões: Quality's Transportes e Serviços de Sonorização
DESPACHO

Acolhendo as razões apresentadas pelo Pregoeiro deste Poder Legislativo, Sinara Lúcia Valar Dal Grande e a Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 1963/2009, decido conhecer o Recurso interposto pela empresa Espíndola Comércio e Instalação de Produtos Eletrônicos Ltda., negando-lhe provimento. Retornem os autos à Pregoeira para prosseguimento do certame.

Publique-se e cumpra-se.

Em, 10 de novembro de 2009

DEPUTADO JORGINHO MELLO
PRESIDENTE
*** X X X ***

Referência: Pregão Presencial nº 039/09, realizado no dia 26/10/2009.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA COMPOSTA POR UMA UNIDADE DE ARMAZENAMENTO (STORAGE) SOLUÇÃO DE BACKUP, SOFTWARE (STORAGE), PLACA HBA PADRÃO PCI-EXPRESS, MINIGBIC's, SOFTWARE - LICENÇA DE USO - SOLUÇÃO FIREWALL APLIANCE, SWITCH GERENCIÁVEL DE 12 PORTAS LAYER 3 E GIGABIT ETHERNET E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E TREINAMENTO AOS SERVIDORES DA ALESC.

Assunto: Recurso Administrativo.

Recorrente: SEPROL COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA.

Recorrido: Atos do Pregoeiro e Equipe de Apoio

Contra-razões: INGRAM MICRO TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA.
DESPACHO

Acolhendo as razões apresentadas pelo Pregoeiro deste Poder Legislativo, Hélio Estefano Becker Filho e a Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 2043/2009, decido conhecer o Recurso interposto pela empresa SEPROL COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA., negando-lhe provimento. Retornem os autos ao Pregoeiro para prosseguimento do certame.

Publique-se e cumpra-se.

Em, 10 de novembro de 2009

DEPUTADO JORGINHO MELLO
PRESIDENTE

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1963/2009, de 11/09/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 037/2009, obteve o seguinte resultado:

Lote Unico - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SOM INSTALADOS NOS EDIFÍCIOS DO PALÁCIO BAARRIGA-VERDE, INCLUÍDOS PLANTÃO TÉCNICO E A SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS OU DE EQUIPAMENTOS.

Empresa Vencedora: QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO

Valor do Último Lance: R\$ 18.199,00

Florianópolis, 10 de novembro de 2009.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE

Pregoeira

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2043, de 23/10/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 039/2009, referente à aquisição de equipamentos e produtos de informática composta por uma unidade de armazenamento (storage) solução de backup, software (storage), placa HBA padrão PCI-Express, minigbic's, software - licença de uso - solução firewall appliance, switch gerenciável de 12 portas layer 3 e gigabit ethernet e serviço de instalação e treinamento aos servidores da ALESC, obteve o seguinte resultado:

Lote 1 -

Empresa vencedora: Seprol Computadores e Sistemas LTDA.

Lote 2 -

Empresa vencedora: Restou deserto.

Lote 3 -

Empresa vencedora: TELTEC NETWORKS LTDA

Valor do último lance: R\$ 260.100,00

Florianópolis, 13 de Novembro de 2009.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

Pregoeiro

*** X X X ***

LEI

LEI Nº 14.952, de 12 de novembro de 2009

Altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 14.850, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, e estabelece outras providências.

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 161, de 19 de outubro de 2009, e eu, **Deputado Jorginho Mello, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado**, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 315 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O § 2º do art. 3º da Lei nº 14.850, de 14 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.....

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a expedir as competentes notas de empenho dos valores correspondentes ao principal, juros e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Lei, no prazo de até 10 dias após o débito em conta a que se refere este artigo."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de novembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2115, de 11 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor MAURICIO GOLL, matrícula nº 5922, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de novembro de 2009 (Gab Dep Giancarlo Tomelin).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2116, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NAYANA RIBEIRO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Giancarlo Tomelin).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2117, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor JOAO PAULO BORGES PAIXAO, matrícula nº 6200, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de novembro de 2009 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2118, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOAO PAULO BORGES PAIXAO, matrícula nº 6200, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de novembro de 2009 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2119, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANELIA MARIA MARTINS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-05, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse, tornando consequentemente sem efeito a portaria nº 2048 de 27 de outubro de 2009. (Deputado Carlos Chiodini).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2120, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0895	Derlei Catarina de Luca	15	02/11/09	2116/09
0578	Maria de Fátima da Rocha	04	03/11/09	2117/09
1361	Maria Izabel Maciel	05	09/11/09	2115/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2121, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0605	Lucia de Fátima Martorano Vieira Maes	09	05/11/09	2114/09
0578	Maria de Fátima da Rocha	07	07/11/09	2113/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2122, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1547	Vera Lehmkuhl	63	30/10/09	2108/09
0452	Hildo Tramontin	60	06/11/09	2107/09
1369	Marilea Marcon Correa	58	04/11/09	2106/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2123, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2030/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER ao servidor JOAO PACHECO DOS REIS, matrícula nº 0873, LICENÇA-PREMIO referente ao quinquênio compreendido entre 24 de outubro de 2004 a 23 de outubro de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2124, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na sequência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Marizete Pereira Lopes	4943	3%	3%	01/11/09	2064/09
Leonede Crestani	4282	3%	6%	01/11/09	2065/09
Debora Kunz	2679	3%	18%	01/11/09	2066/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2125, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 042/2009:

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Juçara Helena Rebelato	
0947	Valter Euclides Damasco	
2170	José das Neves Filho	

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2126, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 043/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelato	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	
0947	Valter Euclides Damasco	
2170	José das Neves Filho	

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2127, de 13 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 044/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2543	Juçara Helena Rebelato	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Equipe de apoio
0775	Adriana Lauth Gualberto	
1332	Helio Estefano Becker Filho	
2170	José das Neves Filho	

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0005.3/2009

Acresce o inciso XX ao art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica acrescido o inciso XX ao art. 40 da Constituição do Estado com a seguinte redação:

"Art. 40.

XX - regulamentar as leis estaduais, em até cento e vinte dias, por intermédio de decreto legislativo, quando do não cumprimento do disposto no inciso III do art. 71 desta Constituição, depois de vencido o prazo concedido na lei ao Chefe do Poder Executivo ou, na omissão, noventa dias após a vigência da lei."

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Ismael dos Santos
Deputado José Natal Pereira
Deputado Jailson Lima Silva
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Romildo Titon
Deputado Sergio Grando
Deputado Dagomar Carneiro
Deputado Darci Matos
Deputado Moacir Sopena
Deputado Adherbal Deba Cabral
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Cesar Souza Junior
Deputado Gelson Merísio
Deputado Serafim Venzon
Deputado Adherbal Deba Cabral
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente
Sessão de 12/11/09

JUSTIFICATIVA

Os Estados de concepção moderna, assim considerados os existentes a partir da paz de Westfália no ano de 1648, deixaram de ter um fim em si mesmo, para redirecionarem-se na busca do bem comum.

A democracia, apoiada na célebre tripartição dos Poderes do Barão de Montesquieu, tendo como argamassa o princípio republicano, vem tentando refletir a vontade popular nos atos de administração dos mandatários.

Dos três Poderes, o que tem a função de transformar os anseios populares em regras de obediência coercitiva, é o Poder Legislativo.

No desempenho do seu "múnus", o Poder Legislativo tem, precipuamente, a função de produção legislativa que, exercida segundo os preceitos constitucionais, torna-se reguladora da vida civil e definidora da ação do Poder Executivo.

Assim, quando este (o Poder Executivo) omite-se na prática de ato a que está obrigado, o Judiciário através de instrumentos próprios, previstos na Constituição (Mandado de Injunção e ADI por omissão) o constitui em mora e supre a lacuna. É o fenômeno jurídico conhecido como síndrome da ineficácia de norma constitucional.

A solução da Corte Constitucional que até pouco tempo restringia-se a constituição do Poder Público em mora, passou, a partir do julgamento dos Mandados de Injunção 670, 708 e 712, a suprir a omissão dando eficácia a norma constitucional não regulamentada.

Este é o propósito desta PEC, ao inserir o inciso XXVI ao artigo 40 da Constituição Estadual, ou seja, permitir que o Poder Legislativo regulamente a lei votada, aprovada e sancionada que deixou de ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo estabelecido em seus dispositivos.

Reitere-se não haver absorção de prerrogativa do Poder Executivo pelo Poder Legislativo uma vez que a próprio princípio da separação e independência dos Poderes é mitigada pela harmonia que deve imperar entre eles. E mesmo porque a pretexto de observar-se a separação, independência e harmonia entre os Poderes um não pode paralisar o outro.

Assim, com a finalidade de impedir que se frustre o interesse público e o bem comum configurado na inércia do Poder Executivo quando omite-se na regulamentação de uma lei corretamente votada, aprovada e sancionada é que se propõe o presente Projeto de Emenda Constitucional, nos termos adiante expendidos

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 497/09

Declara de Utilidade a Associação Instituto Movimento, no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Instituto Movimento, com sede e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena da revogação da presente lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões,
Edison Andrino
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 12/11/09

JUSTIFICATIVA

A Associação Instituto Movimento é uma Associação Civil sem fins lucrativos dedicada ao atendimento da comunidade local promovendo a assistência social, oferecendo palestras informativas, cursos e workshops, disponibilizando atendimento psicoterápico à população, realizando também a capacitação de profissionais psicoterapeutas para atender à comunidade, como se pode observar através do relatório circunstanciado que acompanha o presente Projeto de Lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção de atividades sócio-responsáveis e assistência social à população desta comunidade e de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 498/09

Dispõe sobre a integração tecnológica e operacional dos serviços de emergência no âmbito do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Os serviços de emergência solicitados por meio de ligações telefônicas deverão promover sua integração tecnológica e operacional às Centrais Regionais de Emergências, órgãos a serem implantados com o fim de unificar, coordenar e otimizar os atendimentos à população.

§ 1º Será facultada a integração de órgãos federais e municipais e de entes privados de mesma natureza ao sistema unificado de atendimento, observado o art. 4º desta Lei.

§ 2º Ficam garantidas autonomia administrativa, operacional e técnica às instituições participantes das Centrais Regionais de Emergências, por força das atribuições e competências definidas em legislação própria.

Art. 2º Caberá à Coordenadoria Estadual das Centrais Regionais de Emergências normatizar, supervisionar e coordenar a atividade no âmbito estadual.

Art. 3º A regulação e a supervisão médica, direta ou à distância, dos atendimentos pré-hospitalares são atribuições exclusivas do Médico Regulador.

Parágrafo único. Caberá ao Médico Regulador avaliar a gravidade dos casos médicos que lhe forem comunicados, como também determinar o envio dos recursos necessários ao atendimento, observando a maior proximidade com o evento e a qualificação técnica da equipe de socorro disponível, além de definir o hospital ou centro de atendimento de destino.

Art. 4º O Poder Executivo criará diretrizes e protocolos com o objetivo de padronizar os procedimentos a serem realizados nas atividades desenvolvidas e relacionadas ao atendimento de emergências.

Parágrafo único. Quando houver necessidade de atuação conjunta de diversos órgãos, as funções e atribuições de cada profissional na cena da ocorrência deverão ser definidas por pacto, nos termos da Portaria nº 2.048/2002, do Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Lei passará a vigorar em noventa dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e será regulamentada pelo Executivo em cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.

Sala das sessões,
Rogério Mendonça
Deputado

Lido no Expediente
Sessão de 12/11/09

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento objetiva a unificação e a otimização dos serviços de emergência realizados neste Estado de Santa Catarina de acordo com as necessidades descritas às autoridades mais adequadas.

Com efeito, o projeto em questão visa a implantar e manter centrais de atendimento de emergência, as quais garantirão uma destinação mais eficaz dos serviços prestados pelos corpos de bombeiros militar, defesa civil, polícias rodoviárias, serviços de atendimento móvel de urgências (SAMU), polícias militares e delegacias de polícia, entre outros, já que uma única central terá condições de coordenar o efetivo destacado para cada ocorrência, se for o caso sob a supervisão de um médico regulador.

Assim, o projeto aqui idealizado busca criar ferramentas que potencializem e facilitem ao cidadão o acionamento do órgão mais adequado - seja em razão da estrutura, da disponibilidade ou do local em que está sediado - para o atendimento de uma determinada

emergência, reduzindo não só o número de pessoas mobilizadas para a execução do serviço, como também otimizando os recursos operacionais disponíveis, a evitar, ainda, o deslocamento desnecessário de viaturas por falta de comunicação, bem como a colisão a prática de trotes telefônicos realizados aos órgãos de emergência.

Desta forma, considerando a pertinência da matéria e a efetivação dos serviços de emergência, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 499/09

Altera a Lei n. 14.201, de 23 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências.

Art. 1º O art. 3º da Lei n. 14.201, de 23 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Para a execução desta Lei fica autorizada a celebração de convênios entre o Poder Executivo e a União dos Escoteiros do Brasil."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,
Rogério Mendonça
Deputado

Lido no Expediente
Sessão de 12/11/09

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa a possibilitar a criação de convênios entre o Poder Executivo e a União dos Escoteiros do Brasil, haja vista que a redação atual da presente lei sujeita sua regulamentação à ouvida das demais entidades dedicadas a essa prática. Todavia, não há outra entidade que atue nessa área no Estado de Santa Catarina, razão pela qual a Lei 14.201 de 2007 efetivamente não foi regulamentada pelo Poder Executivo.

O escotismo tem por finalidade a mobilização, articulação e execução de projetos dedicados a minimizar problemas relacionados à infância, à adolescência, à família, ao idoso, às drogas e ao meio ambiente, mediante parceria com a iniciativa privada e com o poder público.

Desta feita, tendo em vista a importância do trabalho realizado pela União dos Escoteiros do Brasil, e para que haja continuidade dessas atividades, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação do Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 500/09

Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, o Parque das Sete Quedas do Rio Chapecó, localizado no município de Abelardo Luz.

Art. 1º Fica declarado patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, o Parque das Sete Quedas do Rio Chapecó, localizado no município de Abelardo Luz.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente
Sessão de 12/11/09

JUSTIFICATIVA

O Parque das Sete Quedas do Rio Chapecó pertence ao Município de Abelardo Luz, assim chamado em homenagem a Abelardo Venceslau da Luz, filho de Hercílio Luz.

O município é acessível pela BR-282 (em Santa Catarina) ou pela BR-280 (no Paraná).

O principal ponto turístico da cidade é o Parque das Quedas do Rio Chapecó, um conjunto de sete quedas d'água no rio Chapecó e mais três quedas no rio das Éguas. No local há também uma praia fluvial com mais de 1.000m de extensão e sete pequenas ilhas. A maior delas - a Ilha das Flores - liga-se ao parque através de pinguelas. Localizado a 2km da cidade e com uma área de 200ha, sendo 40ha destinados ao turismo, o parque recebe milhares de visitantes durante o ano, especialmente no verão. Conta também com a "prainha", ótimo lugar beirando o Rio Chapecó. Possui áreas de lazer como: piscinas, restaurante, chalés, área de camping, campo de vôlei de areia, campo de futebol, cachoeira, entre outras. Toda essa infra-estrutura é a responsável pela geração de centenas de empregos diretos e indiretos na cidade.

Existe ainda no Parque das Quedas do Rio Chapecó uma gruta atrás do véu branco das águas, que é célebre por ter abrigado mais de 100 soldados, durante a Revolução Federalista de 1893.

Percebe-se, portanto, que o objeto da presente proposta já é considerado um patrimônio cultural do Estado, faltando apenas o seu

reconhecimento, por meio de diploma legislativo próprio, o que é permitido através da Lei Estadual nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, alterada pela Lei Estadual nº 9.342, de 16 de dezembro de 1993.

Essas foram as razões que me levaram a apresentar este projeto, principalmente por entender que a matéria possui meritório reconhecimento, com especial interesse da Administração Pública Estadual e da sociedade catarinense, razão pela qual conto com o apoio de meus pares para a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 501/09

Proíbe a construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs, no trecho do rio que antecede o Parque das Sete Quedas do Rio Chapecó, localizado no município de Abelardo Luz.

Art. 1º Fica proibida a construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs, no trecho do rio que antecede o Parque das Sete Quedas do Rio Chapecó, localizado no município de Abelardo Luz, que provoqe o desvio do curso normal das águas.

Parágrafo Único - Entende-se como desvio do curso normal das águas, referido no *caput*, a construção de túnel ou qualquer outra construção que faça a ligação entre a margem anterior com a margem posterior do Parque das Sete Quedas do Rio Chapecó.

Art. 2º A proibição a que se refere o artigo anterior permanecerá independentemente da concessão das licenças ambientais pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e pela Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente - Fatma.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente
Sessão de 12/11/09

JUSTIFICATIVA

O Parque das Sete Quedas do Rio Chapecó pertence ao Município de Abelardo Luz, assim chamado em homenagem a Abelardo Venceslau da Luz, filho de Hercílio Luz.

O município é acessível pela BR-282 (em Santa Catarina) ou pela BR-280 (no Paraná).

O principal ponto turístico da cidade é o Parque das Quedas do Rio Chapecó, um conjunto de sete quedas d'água no rio Chapecó e mais três quedas no rio das Águas. No local há também uma praia fluvial com mais de 1.000m de extensão e sete pequenas ilhas. A maior delas - a Ilha das Flores - liga-se ao parque através de pinguelas. Localizado a 2km da cidade e com uma área de 200ha, sendo 40ha destinados ao turismo, o parque recebe milhares de visitantes durante o ano, especialmente no verão. Conta também com a "prainha", ótimo lugar beirando o Rio Chapecó. Possui áreas de lazer como: piscinas, restaurante, chalés, área de camping, campo de vôlei de areia, campo de futebol, cachoeira, entre outras. Toda essa infra-estrutura é a responsável pela geração de centenas de empregos diretos e indiretos na cidade.

A presente iniciativa de lei, ao proibir a construção de usina hidrelétrica e o desvio de água do rio Chapecó, visa preservar o maior patrimônio de todos os abelardenses.

Com a construção da usina a vazão do rio será, certamente, muito menor do que é atualmente, prejudicando as Sete Quedas de Abelardo Luz, definitivamente. Seria como se o rio Chapecó ficasse, para sempre, com a sua vazão mínima, como nas estiagens, no dizer dos Amigos das Quedas e técnicos especializados em usinas hidroelétricas que afirmam que existem alternativas para produzir energia abaixo das quedas.

Abelardo Luz não pode ser privada do seu principal cartão postal, atração turística de grande e insubstituível beleza natural. A preservação das Sete Quedas do rio Chapecó interessa a toda a sociedade catarinense e é por sua vez a maior geradora de empregos da cidade, através do parque existente no local, com infra-estrutura formada por restaurantes, chalés, lanchonetes, campings, e outros atrativos, proporcionando a manutenção de centenas de empregos diretos e indiretos.

Isto posto, espero contar com a sensibilidade dos Senhores Deputados que integram este Poder para a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 057/09

Altera o art.117 da Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986, que dispõe sobre a licença para o trato de interesses particulares ao membro do magistério estável do Estado de Santa Catarina.

Art.117 da Lei nº 6.844 de 29 de julho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 117. Ao membro do magistério estável poderá ser concedida licença sem remuneração para o trato de interesses particulares, pelo prazo de até 6 (seis) anos, renovável por igual período".

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2009.

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente

Sessão de 12/11/09

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se a necessidade de mudança do Art.117 da Lei nº 6.844 de 29 de julho de 1986, uma vez que o professor, embora regido pelo Estatuto do Magistério, não deixa de ser funcionário público estadual, e, portanto, deverá ter direito e deveres em igualdade de condição.

Diante do exposto, solicito aos nobres Pares o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 058/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1254

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, o projeto de lei complementar que "Cria a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, estabelece normas relativas aos serviços de saneamento básico e adota outras providências".

Florianópolis, 11 de novembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 12/11/09

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 032/09

Florianópolis, 09 de novembro de 2009

Excelentíssimo Senhor
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei complementar que cria a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina, autarquia especial vinculada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, com sede e foro na Capital do Estado e prazo de duração indeterminado.

O projeto que ora apresento constitui indiscutível avanço na legislação estadual ao permitir que o Estado, através de ente da administração indireta que celebrará convênios com outros entes públicos, federais, estaduais ou municipais, exerça a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico.

Destaque-se que o conceito de saneamento básico envolve o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Outrossim, o saneamento básico possui relação direta com as condições de saúde da população e por isso as atividades da autarquia mais do que simplesmente garantir acesso aos serviços, instalações ou estruturas ligadas aos serviços de saneamento básico previstos na lei, abrangem, também, medidas visando a educação da população em geral, em especial abordando a conservação ambiental.

Ressalte-se que a autarquia terá uma estrutura simples, com apenas cinco diretorias, cujos diretores terão seus nomes submetidos previamente a nomeação para aprovação da Assembléia Legislativa e mandatos de quatro anos não coincidentes, de forma a garantir a

autonomia administrativa necessária para o desempenho das atribuições de fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

Finalmente, enfatizo que a autarquia terá receita própria oriunda da cobrança de taxa de regulação e fiscalização, a qual será devida pelos entes fiscalizados, não necessitando, portanto, de aportes do Tesouro Estadual para o desenvolvimento de suas atividades.

Diante do exposto e na certeza da concretização do presente, solicitamos a Vossa Excelência em torná-lo realidade junto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

É o que apresento,
Respeitosamente,

ONOFRE SANTO AGOSTINI

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0058.3/2009

Cria a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, estabelece normas relativas aos serviços de saneamento básico e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

Da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN

Seção I

Da Criação, Finalidade e Competência

Art. 1º Fica criada a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, autarquia especial vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, com sede e foro na Capital do Estado e prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único. A natureza de autarquia especial conferida à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN é caracterizada pela autonomia administrativa, financeira, técnica e patrimonial e pela estabilidade dos mandatos de seus dirigentes.

Art. 2º A Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN tem por finalidade fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação, quando o serviço for prestado:

I - pelo Estado ou por entidade de sua administração indireta, em razão de convênio celebrado entre o Estado e o município;

II - por entidade de administração indireta estadual, em razão de permissão, contrato de programa, contrato de concessão ou convênio celebrados com o município;

III - por município ou consórcio público de municípios, direta ou indiretamente, mediante convênio ou contrato com entidade pública ou privada não integrante da administração pública estadual;

IV - por entidade de qualquer natureza que preste serviços em município situado em região metropolitana, aglomeração urbana ou em região onde a ação comum entre o Estado e municípios se fizer necessária; e

V - por consórcio público integrado pelo Estado e por municípios.

Parágrafo único. A regulação e a fiscalização, pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, dos serviços públicos de saneamento básico dependem de autorização expressa do município ou do consórcio público.

Art. 3º Para o cumprimento das finalidades a que se refere o art. 2º, compete à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN:

I - supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa ao saneamento básico;

II - fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional;

III - expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, visando ao estabelecimento de padrões de qualidade para:

- a) prestação dos serviços;
- b) otimização dos custos;
- c) segurança das instalações; e
- d) atendimento aos usuários;

IV - celebrar convênio com municípios que tenham interesse em se sujeitar à atuação da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

V - estabelecer o regime tarifário, de forma a garantir a modicidade das tarifas e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VI - analisar os custos e o desempenho econômico-financeiro da prestação dos serviços;

VII - participar da elaboração e supervisionar a implementação da Política Estadual de Saneamento Básico e do Plano Estadual de Saneamento Básico;

VIII - elaborar estudos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros do Estado em obras e serviços de saneamento básico;

IX - promover estudos visando ao incremento da qualidade e da eficiência dos serviços prestados e do atendimento a consultas dos usuários, dos prestadores dos serviços e dos entes delegatários;

X - aplicar sanções e penalidades ao prestador do serviço, quando, sem motivo justificado, houver descumprimento das diretrizes técnicas e econômicas expedidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

XI - celebrar convênios e contratos com órgãos e entidades internacionais, federais, estaduais e municipais e com pessoas jurídicas de direito privado, no âmbito de sua área de atuação;

XII - manter serviço gratuito de atendimento telefônico para recebimento de reclamações dos usuários, para efeito do disposto no inciso III do *caput* do art. 21 desta Lei Complementar, sem prejuízo do estabelecimento de outros mecanismos em regulamento da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

XIII - elaborar e aprovar seu regimento interno, o qual estabelecerá procedimentos para a realização de audiências e consultas públicas, para o atendimento às reclamações de usuários e para a edição de regulamentos e demais decisões da agência; e

XIV - administrar seu quadro de pessoal, seu patrimônio material e seus recursos financeiros.

Seção II

Da Estrutura Orgânica da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN

Art. 4º A Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN terá a seguinte estrutura básica:

I - Diretoria Colegiada, sendo membros:

- a) Diretor-Geral;
- b) Diretor de Regulamentação e Fiscalização;
- c) Diretor de Relações Institucionais;
- d) Diretor Administrativo; e
- e) Diretor Jurídico;

II - Diretoria Geral;

III - Diretoria de Regulamentação e Fiscalização

a) Gerência de Regulamentação; e

b) Gerência de Fiscalização;

IV) Diretoria de Relações Institucionais;

V) Diretoria Administrativa;

a) Gerência de Tecnologia da Informação;

b) Gerência Financeira;

c) Gerência de Gestão de Pessoal; e

d) Gerência de Apoio Operacional;

VI - Diretoria Jurídica;

VII - Conselho Consultivo;

VIII - Ouvidoria; e

IX - Assessoria de Comunicação Social.

Subseção I

Da Diretoria Colegiada

Art. 5º A Diretoria Colegiada compete, em regime de colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância administrativa final, as matérias de competência da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, bem como:

I - propor ao Chefe do Poder Executivo, alterações no regimento da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

II - cumprir e fazer cumprir as normas relativas ao saneamento básico;

III - propor, ao Chefe do Poder executivo, políticas e diretrizes governamentais destinadas a assegurar o cumprimento dos objetivos institucionais da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

IV - orientar a atuação da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN nas negociações internacionais;

V - aprovar procedimentos administrativos de licitação;

VI - exercer o poder normativo da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

VII - aprovar minutas de editais de licitação, homologar adjudicações, transferência e extinção de contratos;

VIII - aprovar o regimento interno da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

IX - apreciar, em grau de recurso, as sindicâncias, os processos administrativos disciplinares e as penalidades impostas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

X - aprovar as normas relativas aos procedimentos administrativos internos da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

XI - decidir sobre o planejamento estratégico da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

XII - estabelecer as diretrizes funcionais, executivas e administrativas a serem seguidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XIII - decidir sobre políticas administrativas internas e de recursos humanos e seu desenvolvimento;

XIV - decidir sobre a aquisição e a alienação de bens;

XV - firmar convênios, na forma da legislação em vigor;

XVI - aprovar a proposta de orçamento da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, a ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo;

XVII - deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação e sobre os casos omissos;

XVIII - elaborar relatório anual de suas atividades, nele destacando o cumprimento das políticas do setor; e

XIX - enviar o relatório anual de suas atividades ao Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. É vedado à Diretoria delegar a qualquer órgão ou autoridade as competências previstas neste artigo.

Subseção II

Do Diretor-Geral

Art. 6º Ao Diretor-Geral incumbe:

I - representar a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

II - exercer o comando hierárquico sobre pessoal e serviços, coordenando as competências administrativas;

III - presidir as reuniões da Diretoria Colegiada;

IV - aprovar a cessão, requisição, promoção e afastamento de servidores para participação em eventos de capacitação, *lato e stricto sensu*, na forma da legislação em vigor; e

V - julgar, em primeiro grau, as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares.

Subseção III

Das Atribuições Comuns Aos Diretores Da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN

Art. 7º São atribuições comuns aos Diretores da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares no âmbito das competências da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

II - zelar pelo desenvolvimento e credibilidade interna e externa da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN e pela legitimidade de suas ações;

III - zelar pelo cumprimento dos planos e programas da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

IV - praticar e expedir os atos de gestão administrativa no âmbito das atribuições que lhes forem conferidas;

V - executar as decisões tomadas de forma colegiada pela Diretoria; e

VI - contribuir com subsídios para propostas de ajustes e modificações na legislação, necessários à modernização do ambiente institucional de atuação da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

Art. 8º Cada Diretor é responsável por áreas de atuação da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, sem prejuízo de suas funções na Diretoria Colegiada, sendo as autoridades e os servidores delas integrantes a ele subordinados tecnicamente.

Parágrafo único. As demais competências da Diretoria Colegiada, das Diretorias e unidades de sua estrutura básica serão estabelecidas em decreto.

Seção III

Da Nomeação Dos Diretores

Art. 9º Os diretores da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN serão nomeados em comissão pelo Chefe do Poder Executivo nos termos da Constituição do Estado para mandatos não coincidentes de quatro anos, permitida a recondução.

§ 1º A nomeação dos Diretores dependerá de prévia aprovação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 40, inciso XXIII, alínea "b", da Constituição Estadual.

§ 2º Os Diretores da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN somente perderão o mandato em decorrência de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado que determine a perda de cargo público, de decisão definitiva em processo administrativo disciplinar ou de descumprimento injustificado de Acordo de Resultados da autarquia.

§ 3º Instaurado procedimento administrativo para apuração de irregularidades, poderá o Chefe do Poder Executivo, no interesse da administração, afastar o membro da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN até a sua conclusão, sem que o afastamento implique prorrogação do mandato ou extensão do prazo inicialmente previsto para seu término.

Seção IV

Das Vedações Aos Membros Da Diretoria

Art. 10. Ao membro da Diretoria da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN é vedado:

I - exercer atividade de direção político-partidária;

II - exercer atividade profissional, empresarial ou sindical em entidade sujeita à regulação e à fiscalização da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

III - celebrar contrato de prestação de serviço ou instrumento congêneres com entidade sujeita à regulação e à fiscalização da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

IV - deter participação societária em entidade sujeita à regulação e à fiscalização da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN; e

V - exercer simultaneamente cargo, emprego ou função em entidade sujeita à regulação e fiscalização da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

Art. 11. É vedado ao ex-membro da Diretoria:

I - até seis meses após deixar o cargo, representar qualquer pessoa natural ou jurídica e respectivos interesses perante a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN; e

II - utilizar em benefício próprio informações privilegiadas obtidas em decorrência do cargo exercido.

Seção V

Do Conselho Consultivo

Subseção I

Dos Membros Do Conselho Consultivo

Art. 12. Os membros do Conselho Consultivo serão designados pelo Chefe do Poder Executivo, devendo ser observada a seguinte composição:

I - um Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, indicado pela Diretoria Colegiada, que o presidirá;

II - um representante das empresas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico no Estado reguladas e fiscalizadas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, indicado na forma estabelecida em decreto;

III - um representante do Programa de Defesa do Consumidor do Estado de Santa Catarina - PROCON, da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania;

IV - um representante de municípios cujos serviços sejam regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, indicado na forma estabelecida em decreto; e

V - um representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Art. 13. A Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN poderá ressarcir despesas de deslocamento e estada para viabilizar o comparecimento, às sessões do Conselho, dos Conselheiros que não sejam representantes governamentais.

Parágrafo único. O exercício das funções no Conselho Consultivo não será remunerado, sendo os serviços considerados de relevante interesse público e social.

Subseção II

Da Competência Da Conselho Consultivo

Art. 14. Compete ao Conselho Consultivo, nos limites de sua área de atuação, sem prejuízo de outras atribuições estabelecidas em decreto:

I - apresentar propostas relacionadas a matérias de competência da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN;

II - acompanhar as atividades da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, verificando o adequado cumprimento de suas competências legais; e

III - opinar sobre os relatórios periódicos de atividades da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN elaborados pela Diretoria Colegiada.

Art. 15. Na forma do regimento interno, entidades ou órgãos públicos federais, estaduais ou municipais com atribuições relacionadas às da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN poderão ser convidados a indicar representantes, sem direito a voto, para acompanhar discussões, atos e diligências do Conselho Consultivo.

**Seção VI
Dos Servidores da AGESAN**

Art. 16. O Plano de Cargos e Salários, quantitativo de pessoal e o processo seletivo público serão objeto de lei específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo de Santa Catarina.

**Seção VII
Do Patrimônio e das Receitas da AGESAN**

Art. 17. Constituem patrimônio da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN os bens e direitos de sua propriedade e os que lhe forem atribuídos ou que vier a adquirir ou incorporar.

Art. 18. Constituem receitas da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN:

- I - o produto resultante da arrecadação da taxa de fiscalização;
- II - o produto da execução de dívida ativa;
- III - as dotações consignadas no orçamento do Estado, os créditos especiais, os créditos adicionais, as transferências e os repasses que lhe forem conferidos;
- IV - os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades e organismos nacionais ou internacionais;
- V - as doações, os legados, as subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;
- VI - os valores decorrentes da venda ou do aluguel de bens móveis ou imóveis de sua propriedade;
- VII - a retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e
- VIII - os recursos decorrentes da cobrança de emolumentos administrativos.

Parágrafo único. Os valores cuja cobrança for atribuída por lei à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, apurados administrativamente e não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa própria da autarquia e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

**CAPÍTULO II
DO SERVIÇO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO**

**Seção I
Das Definições**

Art. 19. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; e
- d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

**Seção II
Dos Princípios**

Art. 20. A prestação e a utilização dos serviços públicos de saneamento básico obedecerão aos seguintes princípios e diretrizes:

- I - prioridade para o atendimento das funções essenciais relacionadas com a saúde pública;
- II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;
- III - atendimento das necessidades da população e promoção de seu bem-estar;
- IV - preservação da saúde pública e do meio ambiente, especialmente dos recursos hídricos;
- V - viabilização do desenvolvimento social e econômico;
- VI - estímulo ao uso racional dos recursos disponíveis;
- VII - garantia da modicidade das tarifas e do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste das tarifas;
- VIII - manutenção em condições adequadas, pelo usuário, dos equipamentos dos serviços instalados no domicílio ou estabelecimento;
- IX - controle, pelo usuário, do desperdício na utilização da água;
- X - observância, pelo usuário, dos padrões permitidos para lançamento de dejetos na rede coletora; e
- XI - responsabilização do usuário por danos causados ao sistema de saneamento básico.

**Seção III
Dos Direitos Dos Usuários**

Art. 21. São direitos dos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

- I - receber os serviços conforme as condições e os padrões estabelecidos nas normas aplicáveis;
- II - obter do prestador dos serviços:
 - a) a ligação do seu domicílio ou estabelecimento às redes de água e de esgotos disponíveis;
 - b) informações detalhadas relativas a suas contas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e a outros serviços realizados pelo prestador;
 - c) verificações gratuitas dos instrumentos de medição, quando houver fundamentada suspeita de erro nesses instrumentos;
 - d) informação prévia sobre quaisquer alterações e interrupções na prestação dos serviços decorrentes de manutenção programada, com indicação dos períodos e alterações previstos e das medidas mitigadoras adotadas;
 - e) informações, diretas ou por instrumento de divulgação adequado, de acidentes ocorridos no sistema que afetem a prestação regular dos serviços, com indicação dos períodos e alterações previstos e das medidas mitigadoras adotadas; e
- III - recorrer ao órgão ou à entidade responsável pela fiscalização dos serviços, no caso de não atendimento ou de atendimento inadequado de suas reclamações por parte do prestador de serviços.

**Seção IV
Das Obrigações Dos Prestadores De Serviços**

Art. 22. São obrigações do prestador de serviços públicos de saneamento básico sujeito à regulação e à fiscalização da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN:

- I - prestar serviços de acordo com as condições e os padrões estabelecidos na legislação pertinente e no respectivo instrumento de delegação, em especial quanto aos padrões de qualidade, à conservação dos bens consignados para a prestação, à universalização do atendimento e à eficiência dos custos;
 - II - elaborar e apresentar à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN Plano de Exploração dos Serviços, definindo as estratégias de operação, a previsão das expansões e os recursos previstos para investimento;
 - III - resguardar o direito dos usuários à prestação adequada do serviço;
 - IV - atender aos usuários em conformidade com padrões de sociabilidade e eficiência, prestar-lhes as informações solicitadas e tomar as providências cabíveis no seu âmbito de atuação;
 - V - oferecer, gratuitamente, serviço específico, por meio presencial e telefônico, e por outro meio que se fizer necessário, para o eficiente e fácil atendimento das reclamações dos usuários;
 - VI - apresentar à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, na forma e na periodicidade definidas pela entidade, relatório das reclamações dos usuários e manter os respectivos registros à disposição da AGESAN;
 - VII - cumprir as normas regulamentares emitidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, inclusive quanto ao atendimento ao usuário;
 - VIII - realizar os investimentos necessários à execução dos planos de expansão, à manutenção dos sistemas e à melhoria da qualidade da prestação dos serviços, nos termos da legislação aplicável;
 - IX - publicar, na periodicidade e na forma definidas pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, informações gerais e específicas sobre a prestação e a qualidade dos serviços, as ocorrências operacionais relevantes, os investimentos realizados e outras informações que se fizerem necessárias;
 - X - atender aos pedidos de informações e de esclarecimentos, formulados pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, sobre aspectos relacionados com a prestação dos serviços; e
 - XI - promover as medidas necessárias para a ligação dos domicílios e estabelecimentos às redes de água e de esgotos, a medição dos volumes consumidos e o faturamento dos serviços prestados, nos termos das normas aplicáveis.
- Parágrafo único. É vedado ao prestador dos serviços de que trata esta Lei Complementar cortar o fornecimento dos serviços

por falta de pagamento entre sexta-feira e domingo, na véspera de feriados e durante feriados.

Seção V

Dos Direitos Do Prestador De Serviços

Art. 23. São direitos do prestador de serviços de saneamento básico:

I - obter a remuneração do capital investido pelos prestadores de serviços

II - propor à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN mudanças e ajustes no Plano de Exploração dos Serviços, com base na experiência na operação dos sistemas e nas tendências verificadas na expansão física e demográfica de sua área de atuação;

III - fiscalizar as instalações e as formas de utilização dos serviços pelos usuários, orientando-os no caso de mudanças e aplicando as sanções cabíveis;

IV - cobrar dos usuários pela prestação dos serviços, aplicando aos inadimplentes as sanções cabíveis.

Parágrafo único. As especificações, o conteúdo e o prazo de apresentação do Plano de Exploração dos Serviços a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo serão objeto de resolução da AGESAN.

Seção VI

Das Tarifas

Art. 24. O reajuste e a revisão das tarifas cobradas pelos prestadores sujeitos à regulação e à fiscalização da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN serão autorizados mediante resolução e objetivarão assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste e a modicidade e o controle social das tarifas, observada, em todos os casos, a publicidade dos novos valores.

§ 1º Na composição dos valores de reajuste e de revisão das tarifas, será garantida a geração de recursos para:

I - a realização dos investimentos;

II - a recuperação dos custos da prestação eficiente do serviço, entendendo-se como tais:

a) as despesas administráveis com mão de obra, materiais, serviços de terceiros e provisões;

b) as despesas não administráveis com energia elétrica, material de tratamento, telecomunicação, combustíveis, lubrificantes, impostos e taxas; e

c) as quotas de depreciação e amortização; e

III - a remuneração do capital investido pelos prestadores de serviços.

§ 2º A autorização a que se refere o *caput* deste artigo dependerá de manifestação da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN no prazo de 30 (trinta dias) contados do recebimento do pedido de reajuste ou revisão, devidamente fundamentado pelo prestador dos serviços.

§ 3º No prazo de 5 (cinco dias) úteis contados da apresentação do pedido de reajuste ou revisão a que se refere o § 2º deste artigo, a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN poderá solicitar esclarecimentos adicionais ao prestador dos serviços ou ordenar diligências para verificação dos dados fornecidos, ficando o prazo a que se refere o § 2º deste artigo suspenso até a prestação dos esclarecimentos solicitados.

§ 4º Sendo favorável a manifestação prevista no § 2º deste artigo, a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN terá o prazo de 5 (cinco dias) para publicar a resolução a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 5º A publicação pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN da resolução contendo a autorização para o reajuste ou a revisão das tarifas relativas aos serviços públicos de saneamento básico será feita com antecedência mínima de 30 (trinta dias) da produção dos seus efeitos.

§ 6º Para o fim da remuneração do capital investido na prestação dos serviços, ficam excluídos:

I - as parcelas das despesas relativas a multas e a doações;

II - os juros, as atualizações de empréstimos e outras despesas financeiras;

III - as despesas de publicidade, com exceção das referentes às publicações exigidas por lei ou à veiculação de notícias de interesse público;

IV - as despesas decorrentes da prestação de serviços de qualquer natureza e não cobradas dos usuários, excetuadas aquelas que tenham recebido isenção decorrente de lei; e

V - os recursos previstos no art. 30 desta Lei Complementar;

§ 7º O excesso de remuneração do capital investido ou da recuperação dos custos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico verificado em exercício anterior será compensado na definição do valor tarifário.

§ 8º Poderão ser concedidos, pelo prestador dos serviços públicos de saneamento básico, subsídios tarifários e não tarifários.

Art. 25. Somente poderá ser cobrada tarifa pelo serviço efetivamente prestado, salvo a tarifa mínima pela disponibilidade do serviço para a unidade do consumidor.

Art. 26. É vedado incluir na tarifa dos serviços de que trata esta Lei Complementar o valor relativo ao serviço cuja rede não esteja em funcionamento e disponível para o imóvel.

Seção VII

Das Penalidades

Art. 27. Para o cumprimento do disposto no inciso X do *caput* do art. 3º, a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN poderá aplicar, sucessivamente, as seguintes penalidades:

I - advertência; e

II - multa.

Art. 28. A aplicação das penalidades de advertência e multa observará o seguinte:

§ 1º O processo administrativo somente será instaurado após a prévia comunicação do prestador através de Termo de Notificação, e observados os prazos fixados em regulamento.

§ 2º Na fixação do valor das multas serão consideradas:

I - a gravidade da infração, segundo sua abrangência, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários e a vantagem auferida pelo prestador; e

II - a existência de reincidência.

§ 3º Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que o prestador tenha sido advertido ou multado anteriormente, no âmbito do mesmo contrato de prestação de serviços.

§ 4º A reincidência apenas poderá ser caracterizada no período de 2 (dois) anos, contados desde a publicação da decisão administrativa da qual não caiba mais recurso, no Diário Oficial do Estado, até a notificação de instauração do Auto de Infração.

§ 5º A reincidência não se aplica a processo administrativo em curso na data de publicação da decisão referida no § 2º.

§ 6º Na hipótese de ocorrência concomitante de mais de uma infração, as penalidades correspondentes a cada uma delas poderão ser aplicadas simultânea e cumulativamente.

§ 7º As sanções serão aplicadas de forma a permitir a sua individualização em relação às condutas praticadas.

CAPÍTULO III

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Art. 29. Fica instituída a Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Saneamento Básico, a ser cobrada anualmente.

§ 1º Constitui fato gerador da taxa o exercício do poder de polícia pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, o qual consiste na fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

§ 2º São sujeitos passivos da taxa as entidades públicas ou privadas que prestem serviços públicos de saneamento básico e que se submetam, na forma do disposto no art. 5º desta Lei Complementar, à regulação e à fiscalização da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

§ 3º O valor da taxa corresponderá a 2,0% (dois por cento) do valor do benefício econômico anual auferido pelo concessionário, permissionário ou autorizado dos serviços públicos estaduais regulados pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

Parágrafo único. Para determinação do valor do benefício econômico a que se refere o *caput* deste artigo, considerar-se-á a

tarifa fixada no respectivo contrato de concessão ou no ato de outorga de concessão e seus ajustes e revisões.

§ 4º Na hipótese de a atuação da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN ocorrer por período inferior a 12 (doze meses), dentro de um mesmo exercício, o valor da taxa será proporcional ao número de dias do período.

§ 5º A taxa será recolhida nos termos estabelecidos em regulamento da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

§ 6º A taxa não recolhida no prazo fixado no regulamento de que trata o § 5º deste artigo será cobrada com os seguintes acréscimos:

I - juros de mora, em via administrativa ou judicial, incidentes à razão de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês seguinte ao do vencimento; e

II - multa de mora de 2% (dois por cento).

§ 7º Os débitos relativos à taxa poderão ser parcelados de acordo com os critérios fixados em regulamento.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30. Compete à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN supervisionar, controlar e avaliar a aplicação de investimentos realizados pelos prestadores de serviços públicos de saneamento básico com recursos oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, dos Municípios, de empreendedores privados, de fundos especiais e de beneficiários diretos.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o *caput* deste artigo não poderão compor a base de custo utilizada para a fixação da tarifa e para a remuneração do capital investido.

Art. 31. O Estado poderá, para os fins do disposto no art. 241 da Constituição Federal, celebrar convênio de cooperação com os municípios, com o objetivo de viabilizar a

celebração de contrato de programa entre entidade da administração indireta estadual e Município, para a prestação dos serviços de saneamento básico.

Art. 32. Na primeira gestão da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, visando implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, os mandatos terão a seguinte duração, permitida a recondução:

I - Diretor-Geral, mandato de quatro anos;

II - Diretor de Regulamentação e Fiscalização, mandato de três anos e seis meses;

III - Diretor de Relações Institucionais, mandato de três anos;

IV - Diretor de Administração, mandato de dois anos e seis meses; e

V - Diretor Jurídico, mandato de dois anos.

Art. 33. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar unidade orçamentária e abrir crédito especial em favor da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN.

Parágrafo único. Para a abertura do crédito especial de que trata o *caput* deste artigo, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias no Plano Plurianual - PPA 2008-2011, bem como, respeitadas as vinculações constitucionais e legais das receitas e despesas orçamentárias, remanejar dotações constantes dos programas de trabalho de órgãos e entidades pertencentes ao orçamento fiscal.

Art. 34. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

(Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007)

"ANEXO VII-I

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

ÓRGÃO DENOMINAÇÃO DO CARGO	Quantidade	Código	Nível
GABINETE DO SECRETÁRIO			
DIRETORIA GERAL			
Diretor-Geral	1		
DIRETORIA DE REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO			
Diretor de Regulamentação e Fiscalização	1	DGS/FTG	1
Gerente de Regulamentação	1	DGS/FTG	2
Gerente de Fiscalização	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS			
Diretor de Relações Institucionais	1	DGS/FTG	1
DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
Diretor Administrativo	1	DGS/FTG	1
Gerência de Tecnologia da Informação	1	DGS/FTG	2
Gerência Financeira	1	DGS/FTG	2
Gerência de Gestão de Pessoal	1	DGS/FTG	2
Gerência de Apoio Operacional	1	DGS/FTG	2
DIRETORIA JURÍDICA			
Diretor Jurídico	1	DGS/FTG	1
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO			
Assessor de Comunicação	1	DGS/FTG	2

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 009, de 12 de novembro de 2009

Denomina Deputado Marcelino Antônio Dutra a Biblioteca da Assembleia Legislativa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica denominada Deputado Marcelino Antônio Dutra a Biblioteca da Assembleia Legislativa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de novembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente

*** X X X ***